N. 6

APOSTOLADO POZITIVISTA DO BRAZIL

O Amor por princípio, e a Ordem por baze;
O Progrésso por fim.

Viver para ôutrem. *Viver às claras.*

A UNIVERSIDADE

ARTIGOS PUBLICADOS NA Gazeta de Notícias

NO ANO DE 94 (1882)

por R. TEIXEIRA MENDES

Não póde haver liberdade sem a separação dos dois poderes—temporal e espiritual.

AUGUSTO COMTE.

Segunda edição

RIO DE JANEIRO

NA SÉDE CENTRAL DA IGREJA POZITIVISTA DO BRAZIL

Templo da Humanidade

30, Rua Benjamin Constant, 30

AGÔSTO DE 1903

Ano CXV da Revolução Franceza e XLIX da Éra Normal

Preço: 1.000 rs.

A UNIVERSIDADE

AVIZO AO LEITOR

Este opúsculo foi publicado quando a Igreja Pozitivista do Brazil afinda reconhecia a direção do Sr. P. Laffitte, da qual desligou-se completamente a 3 de Shakespeare de 95 (12 de Setembro de 1883), por motivos que já fôrão devidamente justificados. Ésta advertência é indispensável para que o leitor imparcial póssa fazer os desfalques necessários em tudo quanto neste escrito sé resentir de similhante passado. Alem disto cumpre-nos obsta rcom a mássima lealdade a que os espíritos incautos póssão ser iludidos, como nós o fomos, em detrimento da Religião que professamos e procuramos propagar e praticar.

N. 6

APOSTOLADO POZITIVISTA DO BRAZIL

O Amor por princípio, e a Órdem por baze ;
O Progrésso por fim.

Viver para ôutrem. *Viver às claras.*

A UNIVERSIDADE

ARTIGOS PUBLICADOS NA Gazeta de Notícias

NO ANO DE 94 (1882)

por R. TEIXEIRA MENDES

Não póde haver liberdade sem a separação dos dois poderes—temporal e espiritual.

AUGUSTO COMTE.

Segunda edição

RIO DE JANEIRO

N. SÉDE CENTRAL DA IGREJA POZITIVISTA DO BRAZIL

Templo da Humanidade

30, Rua Benjamin Constant, 30

AGOSTO DE 1903

Ano CXV da Revolução Franceza e XLIX da Éra Normal

ÍNDICE DAS MATÉRIAS

	Pág.
ADVERTÊNCIA	VII
ARTIGO INICIAL	1
I.—Pozição do problema	5
II.—Limites naturais da ação governamental na reforma do ensino público	13
III.—Destino político do ensino; condições de preenchimento desse destino	19
IV.—Medidas políticas necessárias à reorganização do ensino público	29
V.—O regímen católico-feudal: advento das Universidades	41
VI.—A tranzição revolucionária: papel das Universidades: advento das Academias	54
VII.—Papel dos sábios na evolução ocidental; a grande crize; a situação atual, especialmente brazileira	66
REZUMO E CONCLUZÃO	82

ADVERTÊNCIA

Reproduzindo sem nenhuma alteração o prezente opúsculo, devemos convidar o leitor a procurar em outras publicações posteriores do nósso Apostolado, e especialmente n'*A Política Pozitiva e o Regulamento das Escólas do Ezército*, o complemento ampliativo e retificativo do que se acha esposto néstas páginas.

MIGUEL LEMOS.

Nóva-Friburgo, 9 de Cézar de 115
(1° de Maio de 1903)

ARTIGO INICIAL

Tudo paréce encaminhar-se para tornar efetivo o estravagante projéto da criação de uma Universidade no Brazil.

Ésta tentativa absurda, que só poderia gerar como rezultado a sistematização da nóssa pedantocracia e o atrofiamento do dezenvolvimento sientífico, que déve assentar em um regímen de compléta liberdade espiritual, bastaria por si só para demonstrar a incapacidade política dos nóssos governos.

Nésta questão, como sempre, os pozitivistas fazemos o nósso dever protestando e procurando esclarecer a população, que póde ser arrastada, na milhór boa fé, a apoiar atentados désta órdem, seduzida pela grita pseudo-progressista da ignorância letrada.

E convencidos, como estamos todos os brazileiros, de que a criação ou não criação da Universidade depende escluzivamente, como tudo o mais, da vontade de S. M. o Imperador, é para o seu patriotismo que apelamos em primeiro lugar, pedindo, em

nome dos interésses mais vitais da nóssa Pátria e de sua própria glória, que recuze o seu concurso à realização de tão monstruozo projéto.

Absorvido neste momento por outras ocupações, encarreguei o Sr. Teixeira Mendes de redigir uma série de artigos, espondo o nósso módo de ver na questão, os quais serão seguidos de todos os esfórços que os costumes e as leis do nósso país nos permitírem empregar para convencer os hômens sensatos e sincéros do anacronismo e das funéstas conseqüências de similhante tentativa, retrógrada e anárquica ao mesmo tempo.

Por óra, limito-me a transcrever aqui o protésto que redigi em princípios deste ano, e que foi publicado na *Revue Occidentale*, de Paris, de 1° de Março de 1881:

« Os abaixo assinados, considerando:

« 1.° Que as Universidades de Estado, depois de têrem sido os fócos da liberdade espiritual, quando o catolicismo tornou-se opressor, tornárão-se hoje, por sua vês, instituïções decadentes e um dos maióres obstáculos a toda livre tentativa de reorganização espiritual;

« 2.° Que a criação de similhante instituïção em nósso país não corresponde a nenhuma necessidade real, mas sómente a patriotismo mal esclarecido de um cérto número de cidadãos que nos arrástão assim a imitar organizações caducas, contra as quais

protéstão ha muito tempo todos os espíritos emancipados do vélho mundo;

« 3.° Que o Brazil possúi um número mais que suficiente de escólas superiores para satisfazer às necessidades profissionais, e que a fundação de uma Universidade só teria como rezultado estender e dar maiór intensidade às deploráveis pretenções pedantocráticas da nóssa burguezia, cujos filhos abandônão as demais profissões, igualmente úteis e honrózas, para só preocupar-se com a aquizição de um diploma qualquér;

« 4.° Que a criação de similhante instituïção em nada interéssa, como se quér fazer acreditar, à glória do reinado do Sr. D. Pedro II, que, pelo contrário, só póde pretender ao reconhecimento da Posteridade dirigindo os destinos da nóssa Pátria confórme as tendências de nóssa época, e não sacrificando o nósso futuro à satisfação de uma vaidade pueril, indigna da alta responsabilidade de sua função;

« 5.° Que, finalmente, os sacrifícios ezigidos para realizar este projéto serão outros tantos esfórços desviados, com grande prejuízo para o povo, da solicitude que déve inspirar a todos, governo e governados, a verdadeira instrução popular, aquéla que se dirige a todos e não sómente a um pequeno número de privilegiados:

« Por todos estes motivos, protéstão enérgicamente contra ésta tentativa retrógrada, que nada

justifica, e, ezercendo o mesmo direito que aqueles que a apôião, apélão para o concurso do governo e da opinião pública contra a realização de similhante projéto, o qual constitúi uma ameaça contra a verdadeira instrução e a verdadeira liberdade. »

A este documento só me résta acrecentar hoje o seguinte:

Que a atividade e os capitais que vão ser assim empregados, contra os interésses do país e em proveito dos parazitas sientíficos, deverião ser consagrados à solução do nósso grande e iniludível problema social, — a emancipação dos escravos, — à educação dos libértos, e à decretação de medidas tendentes a pôr a nóssa legislação em harmonia com os nóssos costumes.

Só a realização deste programa poderá assegurar a prosperidade nacional e a imperecível glória dos estadistas e do soberano que o levar a termo.

MIGUEL LEMOS,
Diretor do Pozitivismo no Brazil.

Corte, 14 de Bichat de 93 (16 de Dezembro de 1881).

I

Pozição do problema

A suprema direção do Brazil julga chegado o momento de reorganizar o ensino, e pensa consegui-lo criando uma Universidade. Dis-se mesmo que Sua Magestade é partidário fervorozo da idéia; o que, a ser ezato, assegura a sua realização. Seja como for, é fato que estamos ameaçados de ver surgir em nóssa Pátria similhante instituïção. Cumprimos, portanto, um dever aprezentando a nóssos concidadãos, e especialmente ao chéfe do país, a série de motivos que condênão qualquér tentativa neste sentido.

Começaremos por estabelecer o problema em seus verdadeiros termos, e ezaminaremos depois si a criação da Universidade póde ser a solução dele. Mas, antes de tudo, lembraremos aos que reclâmão similhante criação, pretestando o progrésso e as luzes do XIX século: 1°, que a concepção das Universidades naceu nesses tempos que os nóssos *progressistas* considérão de trévas e ferós despotismo (começos do XIII século); 2°, que entrão no número das instituïções retrógadas suprimidas pela imortal *Convenção* — a libertadora do Ocidente; 3°, que o mais ezecrando dos déspotas, Napoleão I, foi o restaurador sistemático do regímen universitário, criando a Universidade de França, bazeado neste princípio: — « *não póde ezistir Estado político fixo sem uma corporação docente com princípios fixos* ». — Este simples confronto histórico

déve dar que refletir aos espíritos verdadeiramente emancipados, e predispor quantos se prézão de amigos da liberdade a escutar-nos com benevolência.

A reorganização do ensino não é uma questão izolada: não póde entrar na cabeça de ninguem que o governo do Brazil haja rezolvido reformar a instrução nacional no intuito pueril de mostrar-nos ao mundo como um modelo intelectual únicamente. Não; porque similhante espetáculo, dado que fosse magnífico, absorveria imenso capital e número aínda mais considerável de braços — professores e alunos. — E é assioma nas altas regiões governamentais que não estamos em condições de esperdiçar nem uma nem outra coiza.

É, portanto, do mais rudimentar bom senso que o governo, tentando criar a Universidade, supôs concorrer decizivamente para a *grandeza nacional*, tendo em vista o conjunto das necessidades sociais. Sendo assim, paréce-nos que o pensamento de nóssos diretores políticos póde rezumir-se nas duas propozições seguintes:

1.ª A grandeza nacional ezige a refórma do ensino;

2.ª A refórma do ensino ezige a criação da Universidade.

Nós responderemos *sim* à primeira propozição; e propomo-nos a provar que a segunda é falsa. Mas procedamos por partes. A primeira propozição reprezenta o problema, a segunda a solução que o governo julga convir-lhe, por se ter enganado na justa apreciação de seus elementos.

Com efeito, impórta estabelecer preliminarmente em que consiste a *grandeza nacional;* porque é evidente que a refórma do ensino só póde ser motivada

tendo por fim favorecer ou determinar éssa grandeza, conforme dissemos. E já que os confidentes do Sr. ministro não julgárão oportuno informar o público sobre o que pensa o governo a tal respeito, somos obrigados a espor como a encaramos nós.

Quando se contempla a sociedade, ha um fenômeno que salta aos ólhos, e vem a ser que a população se divide em duas classes: de um lado, os indivíduos que cultívão o sólo, estráem os produtos das minas, ezércem sobre os materiais a ação necessária para que sirvão aos uzos da vida, constróem os edifícios... os indivíduos, em suma, que estão a braços diretamente com a natureza, e constitúem o *proletariado;* de outro lado, os indivíduos que alimêntão-se, véstem-se, mórão e divértem-se... isto é, consômem o capital acumulado pelo proletariado desde a mais remóta antiguidade, e que sem ele estarião condenados à mórte.

Neste segundo grupo cumpre aínda distinguir duas secções: a primeira compõe-se daqueles que, dispensados de prover à própria subzistência, graças ao trabalho do proletariado, conságrão ao bem-estar comum o tempo que lhes fica assim disponível, dirigindo as operações industriais, contendo os elementos perturbadores, descubrindo os meios de facilitar o trabalho pelos inventos sientíficos e técnicos, assegurando as espansões altruístas pelas produções estéticas, alargando a esféra intelectual *de todos* pelo ensino gratuitamente distribuído, estudando as condições do bem-estar social e moral, educando finalmente o hômem. É esse o papel da mulhér, o papel dos vélhos, dos chefes industriais, dos governos, da força militar subordinada ao interésse público, da corporação administrativa, dos sábios que se dedícão

ao que é útil e não *requintão o orgulho penetrando os céus*, como dis a IMITAÇÃO, dos artistas que celébrão quanto ha de grande e generozo.

A segunda secção compõe-se dos indivíduos que, mantidos tambem pelo proletariado, em nada concórrem para o bem comum, e redúzem-se a méras *fábricas de esterco*, na fraze enérgica do poéta; nesse cazo estão o militarismo e o funcionalismo superabundantes, os poétas de imoralidades, os publicistas de escândalos, os críticos que só sábem destruir, os parladores de todas as jerarquias, os sábios cujas investigações não possúem um interésse social demonstrado.

Para completar o quadro, é necessário acrecentar que o proletariado vê-se por todo o Ocidente sem *domicílio* e quázi sempre sem *Família*. O domicílio para ele é uma tenda, donde pódem espulsá-lo a qualquér momento os possuídores do capital por ele elaborado. A Família, éssa lhe é quázi sempre impossível, porque o salário que lhe concédem, isto é, a parte do capital humano que lhe distribúem, é insuficiente muitas vezes para um hômem só. A mulhér, espósta a todas as privações, vê-se forçada a abandonar o lar; e os filhos—órfãos que têm paie mãi—crécem famintos e dezerdados de todos os benefícios sociais, que não poderião ezistir sem o suór de seus antepassados e companheiros de infortúnio.

No Brazil, o quadro se carrega ainda, porque a massa do proletariado, agrícola e doméstico, mantem-se na mais ezecranda escravidão!

Aí tendes a sociedade modérna; não traçamos similhante espetáculo para perder-nos em lamentações vans. Sabemos que tudo isso é conseqüência da evolução social, e só lembramos a realidade para

mostrar a nóssos concidadãos e ao chéfe do Estado em que consiste a verdadeira *grandeza naciona'*, ou, milhór, a verdadeira *grandeza humana*.

Os pozitivistas pensamos que o Brazil só será verdadeiramente grande:

1.° Quando a massa dos parazitas, que o poéta estigmatizou com o epíteto de *fábricas de esterco*, estivér reduzida ao seu mínimo;

2.° Quando a massa dos *indivíduos úteis*, que são mantidos pelo proletariado, não eceder às ezigências sociais e satisfizér plenamente as respetivas funções;

3.° Quando o proletariado for livre, moralizado e instruído; possuir domicílio inviolável e Família, sem que a mulhér necessite de abandonar a educação dos filhos; dispuzér, finalmente, de tempo para dezenvolver a inteligência e cultivar o sentimento.

Para nós, trabalhar pelo engrandecimento do Brazil é trabalhar para a realização déstas três coizas; e fazemos bastante justiça aos sentimentos generózos de nóssa raça para supor que similhantes aspirações serão partilhadas pela universalidade dos brazileiros. Para evitar qualquér interpretação falsa de nóssas intenções, desde já declaramos que esperamos conseguir este rezultado sem recorrer à violência, e sem a partilha do capital humano. Confiamos para tanto na propaganda e na *moralização* dos atuais depozitários da fortuna pública, que éla ha de produzir.

Definida por ésta fórma a verdadeira grandeza do Brazil, cumpre mostrar que a organização atual do ensino público é um obstáculo ao seu conseguimento. Só então poderemos concluir a necessidade de reformá-lo, e dar por demonstrada a primeira

terceiro só cábem ao pequeno número de protegidos da fortuna que pódem achar-se nas capitais e têm meios para fazer face às despezas que eles ezígem: é verdadeiro privilégio de poucos.

A ésta situação mantida pelo Estado, junta-se uma dispozição moral da nóssa burguezia, e com que se vai contaminando já a classe proletária. Essa dispozição moral consiste no seguinte: os pais quérem que os filhos se diplômem, que sêjão professores ou membros da administração, que êntrem para os córpos sientíficos do ezército e da marinha, pelo menos, considerando o trabalho agrícola e as profissões industriais como *inferiores à sua pozição*. Óra, o filho de um lente, de um barão, de um general, ou de um poéta, feito marcineiro ou cavando térra!... vizivelmente é um disparate!

¿O que rezulta daí? que cada família privilegiada dirige neste sentido a educação dos filhos; trata de *formá-los*. E como são éssas famílias que govérnão, formúlão élas os programas de ensino de módo a facilitar a acensão dos filhos; distribúem as matérias segundo as conveniências da *maioria mediocre*, ensinada e docente; ezígem o menos que pódem de capacidade intelectual e moral; e vêncem

denados, honorários, subsídios, lista civil, etc., mal chega para um!

O nível do ensino secundário e superior tende, portanto, a abaixar para afazer-se à incapacidade do parazitismo burguês, que tudo invade, lugares de aluno e professorado; invêntão-se cadeiras nóvas para os recèm-diplomados, e pretêstão-se o progrésso e as necessidades do ensino para justificá-las; superabunda a classe dos diretores sociais, e aumêntão os vexames da massa proletária. Pérde a sociedade, que vê desfalcar-se o capital humano da soma que o parazita consome e da que ele deixa de produzir, alem dos efeitos perniciózos da sua influência social e moral.

A isto acréce que os proletários, vendo o desprezo com que são olhados pelos indivíduos que a veneração léva a considerar superiores a si, trátão de arrancar os filhos da triste condição em que nacêrão. Contempla-se então o espetáculo pungente de famílias inteiras em que pai, mãi, e até as mízeras irmans, trabálhão noite e dia para realizar ésta aspiração:—ter um membro da família doutor, e, mais tarde, quem sabe? deputado, senador, ministro, conselheiro de Estado, etc. Alguns o conséguem de fato, e até mesmo sem ter capacidade de qualquér

órdem; porque os lentes são compassivos ou inéptos, a burguezia afinal não recuza uma carta de empenho, os hômens têm coração e não pódem inutilizar tantos sacrifícios e tamanho devotamento.

Mas a maioria sucumbe nésta luta e léga à Pátria a mizeria dos seus e o ezemplo de suas ambições por único fruto de tantos esfórços!

Assim, o dezenvolvimento do ensino superior tem produzido e continuará a produzir fatalmente:

1.° O aumento do parazitismo;

2.° A acensão das mediocridades para as altas funções diretoras;

3.° A agravação dos vexames e a desmoralização do proletariado.

Isto é, tem-nos afastado, e continua a afastar, da verdadeira grandeza nacional.

O ensino primário concórre tambem para o mesmo rezultado, porque é deficiente não só em número de escólas, mas ainda na sua substância. Em um país onde o cidadão é chamado periódicamente para criar os seus legisladores e decidir dos seus destinos, alem da taboada, da leitura e da escrita, só ensínão o catecismo católico, e talvês a história sagrada. ¿Que noções ezatas tem ele do planeta que habita, dos póvos que ezistírão antes de si e consigo convivem atualmente, das ezigências sociais e morais de seu tempo? Ouve repetir que o mundo foi feito em seis dias; que a mulhér é a cauza dos sofrimentos do gênero humano; que o trabalho é um castigo de Deus, e outras concepções désta órdem!

Tal é a nóssa situação; e quem julgar se sem culpa por éla na classe diretora, que atire a primeira pédra. Não nos detenhamos, porem, em recriminações inúteis. Seja como for, um ensino que se acha em

tais condições, é um ensino que caréce de refórma. A primeira propozição é, portanto, incontestável:

« A grandeza do Brazil ezige a refórma do ensino. »

II

Limites naturais da ação governamental na refórma do ensino público

Acabâmos de ver que o ensino público, tal qual está organizado, é incompatível com a verdadeira grandeza nacional, e ezige, portanto, a intervenção do governo. Mas résta saber dentro de que limites póde este influir para modificar similhante estado de coizas.

Houve tempo em que foi hábito arraigado em nóssa sociedade o pensar que o governo tudo podia, e, quando nada milhorava de chofre, éra por imperícia ou má vontade. Esse módo de ver déve, porem, achar-se hoje mais que muito abandonado, não só pelo público, mas principalmente pelos hômens políticos, e sobretudo pelo chéfe do Estado. A deplorável instabilidade dos ministérios, tendo feito passar pela alta administração tantos *leaders* opozicionistas, como que formou esperimentalmente uma classe de deziludidos; e Sua Magestade, que tem assistido ao dezespero dos náufragos, milhór do que eles póde conhecer quão restrita é de fato a intervenção humana nos acontecimentos políticos.

Póde-se, pois, dar como provada, para todos quantos possúem algum senso prático, a grande verdade da *política pozitiva* que proclama a ezistência de limites na ação real dos estadistas, para o bem e para o mal.

Ésta observação não podendo ser hoje esquecida, cumpre proceder de acordo com éla; e não atirar-se a todas as aventuras, como nos tempos em que os políticos julgávão ter nas mãos os destinos do mundo. Dado um problema, o estadista déve começar pelo ezame dos limites de sua ação; não tem de procurar o que seria milhór em abstrato, e sim o que é realizável de milhór nas condições em que se acha. Déve medir préviamente até onde vai o seu *poder real* sobre as coizas e os hômens, e não inquietar-se com o poder que lhe atribúem os seus partidários ou inimigos e a legislação vigente. O estadista que deixa de fazer o bem de seu país, ou consente no mal para *não infringir as leis*, ou espéra modificá-las para poder agir, é indigno da pozição que ocupa.

É por isso que um estadista entre nós não déve tomar em alta consideração o obstáculo que lhe oferéce o parlamento; similhante espantalho constitúi um simples fantasma legislativo, sem força de qualidade alguma. Não é dele que pódem vir restrições ao governo, e sim de nóssas condições cosmológicas e sociais, a saber: do continente, estensão territorial, meios de transpórte, estado econômico, moral e intelectual do país.

E nóte-se que ésta anulação do parlamento não é óbra do atual imperante, e sim o rezultado de nóssos antecedentes históricos, e, longe de ser um mal, é um bem. Não são os parlamentos que têm dirigido os destinos das nações, e sim os Henrique IV, os Richelieu, os Frederico II, os Danton, os Pombal, etc., pondo em jogo os elementos que encôntrão, incluzive as assembléias.

O parlamentarismo só tem sido até hoje a ditadura das mediocridades intrigantes: instrumento de todas as vilezas na mão dos ministros sem escrúpulos; obstáculo aos interésses públicos, quando o país tem, para chéfes, vizionários honéstos, que tômão a sério as ficções revolucionárias.

O parlamento não sendo um limite com que contemos, o governo póde proceder e ha de proceder como si ele não ezistisse, mau grado a retórica dos parladores constitucionais. Afastada assim a ficção legislativa, vejamos quais são os *limites pozitivos* da ação governamental.

No que se refére à ação diréta, esses limites dispõem-se em três capítulos:

1.° Recursos financeiros do país;

2.° As idéias correntes; não só as que já se incorporárão definitivamente à opinião pública, aquélas contra as quais ninguem protésta, mas tambem as que estão em discussão;

3.° Pessoal de que se póde dispor.

São três fatores esses com os quais o estadista terá de contar, queira ou não queira, tão fatalmente como o engenheiro com o terreno.

Quanto ao primeiro, a refórma será letra mórta em tudo quanto eceder a riqueza e o crédito disponível; não o crédito que o parlamento vóta, mas aquele de que o governo góza realmente, dentro e fóra do país.

Quanto ao segundo, é tambem incontestável que ninguem procéde contra as suas próprias convicções, desde que não ha um obstáculo esterior. Portanto,

está claro que o governo não decretará medidas contra aquilo que já fórma o patrimônio intelectual da massa no Ocidente. Por ezemplo, não ha hoje um governo ocidental capás de decretar que a Térra está parada, embóra raros sêjão os que estão nos cazos de demonstrar similhante dógma. Na questão especial que nos ocupa, póde assegurar-se que nenhum governo ouzaria atualmente diminuir o número ds escólas primárias, ou baixar o nível do ensino geral; quando muito, nada faria por ele.

O mesmo já não se dá com as idéias em discussão. Aí, o ministro tem poder discricionário de *espressão:* isto é, póde dizer e escrever o que pensar. No entanto, mesmo neste cazo, o seu arbítrio é menór do que geralmente se pensa; porque o aparecimento e a transformação das idéias estão sujeitos às *leis* descubértas por Augusto Comte.

Quanto ao terceiro fator—o pessoal—, mais claro é o limite imposto à ação governamental. Com efeito, para ezecutar qualquér medida, é forçozo empregar os hômens confórme ezístem na ocazião; ninguem póde criá-los a seu sabor. Desde então, é claro que a ação do estadista fica limitada: 1°, pela capacidade atual dos indivíduos disponíveis; 2°, pela própria capacidade do governo na escolha, diréta ou indiréta. A sua ação não será, pois, a que ele tivér imaginado e decretado; será a que rezultar dos hômens empregados; e a estes, a milhór boa vontade e a mais alta siência são impotentes para criar.

Ezaminemos agóra como póde o governo influir nas dispozições morais da burguezia. Vimos que éssas dispozições tendião a rebaixar o ensino privilegiado para tornar accessíveis à maioria mediocre das classes liberais os lugares do magistério e a obtenção

dos títulos sientificos e literários; e, por outro lado, tendião tambem a aumentar indefinidamente o número das diciplinas, para distribuir as cadeiras pelo parazitismo burguês que tenta assoberbar-nos.

Óra, o governo não póde atuar dirétamente sobre éssas dispozições; não ha decréto capás de atingir a vaidade e o orgulho no coração dos ambiciózos. Toda a sua influência, para o bem como para o mal, ha de ser indiréta, e só póde ezercer-se por dois módos. Si quizér combatê-las, terá de suprimir os privilégios dos diplomados e só consultar o mérito provado por concursos, e trabalhos anteriores, na nomeação para os cargos públicos; terá de restringir o ensino que não for geral às profissões reconhecidamente úteis, e com o menór pessoal possível. Si quizér favorecê-las, terá de aumentar esses privilégios e multiplicar o funcionalismo pedantocrático. Mas, neste cazo, a ação do governo tem um limite material na renda e no crédito do país, que não são inesgotáveis; e um limite moral na falta de prestígio dos titulares acadêmicos, cada vês mais incontestável.

Alem destes limites, o governo tem de contar com um, cuja eficácia depende de sua *continuidade;* referimo-nos à evolução das idéias e sentimentos, evolução que o governo é impotente para destruir, e só conseguirá retardar por alguns anos, quando muito. Atúe o estadista como atuar no momento prezente, —pró ou contra os interésses do país—que ao lado de sua ação se ha de ezercer a influência da livre propaganda de todas as doutrinas. E como é fatal que triunfe a doutrina que estivér no sentido da evolução social—aquéla que for sucetível de demonstração, como fatal foi a vitória da crença no movimento da Térra, —a ação governamental terá

de contar com éssa influência, a seu favor ou contra si. Óra, neste último cazo, será um limite cada vês mais próssimo oferecido à sua intervenção retrógrada ou anárquica.

Ao lado da burguezia parazitária irá constituindo-se — graças aos esfórços dos que se dedícão à regeneração social — um *proletariado* esclarecido e moralizado; um *patriciado* consiente do destino social do capital; um *saçerdócio* tendo por dógma a siência, desde a matemática até a moral, ensinando esse dógma em cursos públicos e gratuitos, gozando da confiança do proletariado e do patriciado a cujo advento precedeu.

Ficará então não só rezolvido o problema do ensino, mas o conjunto do problema humano, pela constituïção gradual da sociedade futura no seio mesmo da sociedade atual anarquizada.

Este limite meréce a consideração dos verdadeiros estadistas; porque, no meio das doutrinas que se combátem em nome da *siência*, ¿quantos estão nos cazos de estudá-las e decidir por si da que ha de triunfar? ¿Os cuidados da vida prática não bástão para absorver todos os instantes de um chéfe de Estado na altura da função que ezérce? E quando mesmo viésse a conhecê-la, ¿poderia impo-la a seus concidadãos em um *país livre?* E, na impossibilidade de escolha e impozição, ¿não déve ser o propózito de todos os governos impedir, ao menos, que a sua ação seja opósta ao acendente da doutrina regeneradora, seja éla qual for, abstendo-se de toda ingerência néssa luta méramente espiritual?

Reflitão os nóssos concidadãos, reflita o governo, reflita sobretudo o chéfe do Estado, nésta concluzão, que é o rezumo de tudo quanto fica dito. A ação

governamental, dentro dos limites estreitos que mencionâmos, ou será no sentido da evolução normal, ou lhe será contrária. No primeiro cazo, só produzirá um diminuto acrécimo na aceleração do movimento social; no segundo cazo, atuará como força *perturbatrís*, sem alterar a natureza da progressão fundamental. Chame-se Frederico II, ou Napoleão I, *o hômem se agita e a Humanidade o guia.* O governo que escolha.

III

Destino político do ensino; condições de preenchimento desse destino

É sabido que a adoção de um sistema de ensino público data de época relativamente recente. Os documentos históricos demônstrão que, em tempos remótos, todos os póvos achávão-se em condições análogas às dos nóssos selvágens. Não havia leis escritas; região-se por simples costumes; cada um comunicava ao outro o que ouvira de seus pais; os filhos aprendião das mãis o que élas sabião, até que a idade lhes permitisse maiór dezenvolvimento pelo trato social dos companheiros já feitos. Assim se fôrão transmitindo, durante séculos sem conta, os costumes espontâneamente estabelecidos e as noções empiricamente obtidas.

Só muito mais tarde, esses costumes — *formulados* pelos hômens de maiór capacidade afetiva e intelectual — tornárão-se os *preceitos* morais e as *leis*

políticas. Só mais tarde ainda, os imortais fundadores das religiões sistemáticas estabelecêrão um laço entre esses *preceitos*, éssas *leis* e as *noções cosmológicas* empíricamente adquiridas, para construir um corpo de doutrina abraçando o mundo, a sociedade e o hômem. É claro que similhante laço teve de ser forçózamente fictício, porque o descubrimento das ligações pozitivas dos fenômenos prolongou-se até os nóssos dias.

Nésta época, já a sociedade se complicou; crecêrão as relações entre os hômens, o tempo começou a ter valor; não é mais possível deixar ao acazo o concurso de cada um para o bem-estar de todos.

A Família continua a ser a educadora fundamental; é éla quem ensina a língua, e portanto os conhecimentos que as palavras e frazes reprezêntão; é éla quem incute os preconceitos e fórma os hábitos. Mas ésta educação já não basta; cumpre preencher as lacunas, porque o concurso social ezige que todos estêjão mais ou menos em condições unifórmes de instrução e moralidade, *e tanto mais quanto mais livre é o regímen.*

Para isso, tórna-se necessária a ezistência de uma classe que seja a depozitária da *doutrina* comum e das *virtudes* já realizadas; capás de avolumar a esféra dos conhecimentos oportunos e úteis, e levantar o nível da moralidade pela introdução de virtudes nóvas; consagrada à generalização da doutrina pelo *ensino*, e fornecendo o *tipo* da ezistência individual pelo ezemplo de sua conduta privada e pública.

Ésta classe tórna-se naturalmente a diretora espiritual das restantes, como a mais apta a indicar os atos ezigidos pela situação social, e a que dispõe de maiór confiança, em virtude de seu saber e de

sua moralidade. Tais são a orígem e o verdadeiro caráter do *sacerdócio*.

Em cértos póvos, o sacerdócio reuniu à autoridade, que lhe vinha do prestígio intelectual e moral, o poder temporal, e subordinou a si, pela força material, os outros elementos sociais: foi a *teocracia*. Em outros países foi ele que ficou subordinado aos chefes temporais, pondo ao serviço destes a influência espiritual: foi o *regímen militar da conquista*. O Ocidente foi o único ezemplo de compléta separação entre os dois elementos — temporal e espiritual, — atuando aquele pelo *mando* e este pelo *conselho*. Isto realizou-se na civilização católico-feudal, e só durou até fins do XIII século. Começárão nésta época a constituir-se as ditaduras modérnas, pelo acendente de um dos elementos temporais (rei ou nóbres) sobre o elemento espiritual (papado) do regímen mediévo.

Foi então tambem que o ensino tomou um caráter decizivamente sistemático no regímen público.

O sacerdóte, não podendo *mandar*, só teria a força que lhe viésse do apoio dos crentes. Daí a necessidade de instruir a todos no dógma, isto é, na série de crenças universalmente aceitas, afim de que a massa estivésse em condições de compreender e sustentar as decizões pontifícias.

Abstraindo das ficções teológicas inevitáveis, reconhéce-se que este ensino tinha por destino indicar a cada um os seus deveres, isto é, o concurso ezigido dele para o bem geral. Depois que o dógma católico entrou em decompozição, o ensino foi passando tambem aos seculares, até dar em rezultado o estado atual de coizas, em que a falta de uma doutrina comum entrega a sociedade à mais infrene anarquia intelectual e moral.

Apezar déssas dezórdens, os verdadeiros estadistas não pódem, porem, deixar de reconhecer que o destino político do ensino continua a ser o mesmo que nas épocas anteriores. Sómente, como já nos achamos emancipados da tutéla teológica, cumpre que similhante destino seja atingido pelos meios pozitivos.

Com efeito, a elevação moral da sociedade modérna fás-nos aspirar a um regímen social em que cada um cumpra os seus deveres sem ser coagido materialmente. É nisto que consiste um *regímen livre*. Óra, ¿como será possível tal regímen sem que todos os cidadãos conhêção esses deveres? ¿E como conhecê-los sem ensino público que compléte a educação recebida na Família?

Portanto, hoje, como em todos os tempos, trata-se de dar a *baze intelectual imprecindível ao livre concurso das atividades na vida social*. A baze intelectual, dizemos nós; porque não basta o conhecimento do *dever* para cumpri-lo; é tambem necessário o *hábito*, que só se adquire na Família e na vida pública.

Isto posto, vejamos as condições a que tem de satisfazer o ensino público para preencher similhante destino em um regímen livre. Éstas condições fórmão dois grupos:

1.° Condições que se reférem à ezistência moral, intelectual e prática das famílias, de módo a permitir que a educação — ensino e moralidade — recebida no seio délas seja a mássima. Isto é, condições tendentes a levar o mais longe possível a espontânea influência feminina na formação dos servidores da Humanidade.

2.° Condições que se reférem ao ensino público

própriamente dito, — aquele que é recebido em comum, — e déve conduzir, em uma época normal, não só à demonstração dos preconceitos contraídos na infância, mas tambem dos costumes e leis do país.

Na impossibilidade de conceber as primeiras condições, os utopistas revolucionários lévão a fantaziar sistemas de quartéis e recrutamento para as crianças. Os hômens de governo, porem, não se têm deixado arrastar por similhantes desvarios, porque sábem que não pódem criar a seu sabor os elementos da *órdem* social. O mais que está ao seu alcance é pôr esses elementos em condições de preencher livremente as suas funções.

Assim, no cazo atual, o esforço déve ser para levar o mais longe possível a influência natural da Família, que será sempre a primeira educadora, quêirão ou não quêirão. As condições para este rezultado, *em um regímen livre*, são as seguintes:

1.ª A monogamia e a fixidês da união conjugal sancionadas civilmente, independente de qualquér doutrina, como imprecindíveis à dignidade feminina, e como garantias da *liberdade espiritual*, alem de outros motivos;

2.ª O afastamento da mulhér da vida prática, para assegurar o seu inteiro devotamento à educação;

3.ª Elevação do nível intelectual feminino ao que o hômem tivér de atingir geralmente, para que a dezarmonia das opiniões não seja motivo de discórdia na Família, e para assegurar o acendente moral feminino. A nenhuma mulhér póde escapar hoje que a inferioridade intelectual relativamente aos maridos e filhos constitúi um dos elementos mais fórtes de québra na veneração que lhe é devida.

Desde que éstas três condições estivérem reali-

zadas, a mulhér poderá encarregar-se da educação dos filhos até a época da puberdade; terá para isso tempo e instrução suficientes. Ainda mais: poderá acompanhar o filho durante a iniciação do ensino público. Neste dia estarão suprimidas as escólas de instrução primária e os colégios.

As condições de ezistência do ensino público próprimente dito, *sempre na hipóteze de um regímen livre*, são de três órdens, e referem-se: 1°, à doutrina; 2°, ao pessoal docente; 3°, à distribuïção do ensino.

Quanto à doutrina:

1.° Não déve estar em contradição com o conjunto de fatos pozitivamente adquiridos, de qualquér órdem que sêjão; e déve ser sucetível de demonstração sientífica em todos os seus pontos. Foi por não satisfazer a éssa dupla condição que aniquilou-se o dógma católico, e teve de recorrer embalde à violência para sustar a rapidês de sua destruïção.

2.° Déve abraçar o mundo, a sociedade e o hômem. O mundo, para mostrar as fatalidades que pézão sobre todos os entes conhecidos e marcar os *limites* e *meios* de intervenção humana. A sociedade, para mostrar os elementos da *órdem* política e as suas condições de aperfeiçoamento, isto é, de *progrésso;* só assim ficaremos em estado de conceber o ideal de felicidade que podemos gozar e legar a nóssos filhos. O hômem, finalmente, para que cada um saiba dirigir-se segundo as ezigências do bem público, e emancipe-se definitivamente da tutéla governamental.

3.° Déve ser aceita por todos os cidadãos, mesmo aqueles que néla encôntrão sua condenação. Com efeito, é a doutrina que define os deveres concernentes à órdem e ao progrésso; lógo, si não for aceita

por todos, tambem não o serão esses deveres; ¿como, pois, manter a órdem e o progrésso sem violências?

Cumpre, porem, notar que ésta última condição é conseqüência forçada das duas anteriores; porque uma doutrina demonstrável ha de por fim triunfar em todos os espíritos. A questão é de tempo.

A doutrina que satisfizér éstas três condições em um momento dado, ha de satisfazê-las sempre, e poderá manter-se *livremente*. Para evidenciá-lo, basta citar qualquér dos dógmas pozitivos que já as tenha realizado; por ezemplo, o movimento da Térra. ¿Porventura ha quem acredite que os hômens deixarão um dia de crer em similhante fato?

Quanto ao pessoal docente:

1.° Déve merecer inteira confiança do público pelos seus dótes morais e intelectuais, sem o que transformar-se-á em um parazita vil, porque não terá dicípulos;

2.° Déve abster-se de tudo quanto póssa transformar a sua função de *conselho* em *mando*, ou tornar suspeitas as suas admoestações e as suas teorias. Eis porque não déve ter riquezas, nem o mínimo apoio do poder prático;

3.° Déve possuir e ensinar o conjunto da doutrina pública; porque éssa doutrina tendo por fim determinar os deveres gerais, a ninguem é lícito ignorá-la; com mais fórte razão dévem conhecê-la os seus intérpretes. O ensino integral tem por fim evidenciar a capacidade do órgão espiritual, e mantê-lo no ponto de vista do conjunto, alem de outros motivos.

Sem satisfazer estes três requizitos, nenhum méstre será perpétuamente ouvido num regímen livre; porque, desde que houvér quem os satisfaça, ele ver-se-á abandonado por seus próprios dicípulos.

Quanto à distribuïção do ensino:

1.° Déve haver completa liberdade de pensamento; sem nenhuma lei de imprensa, ecéto a proïbição do anônimo; sem privilégio de qualidade alguma para os reprezentantes de qualquér doutrina, ou para os dicípulos; sem subsídio governamental a nenhuma, que não for unânimemente aceita. Com efeito, a esperiência tem provado que as restrições e os privilégios só têm servido para reprimir a livre propagação das verdades pozitivas. Éstas não precízão de força material para manter-se, e vão triunfando apezar de todos os obstáculos. Assim, a perseguição de Galileu não pode obstar que triunfasse a crença no movimento da Térra; e, para manter-se, similhante crença não preciza de decrétos, nem inquizições, nem governo, e nem academias: propaga-se hoje, e ha de propagar-se até a consumação dos séculos, de pais a filhos, livre e espontâneamente. Assim tambem os esfórços da pedantocracia atual serão impotentes para impedir o acendente do Pozitivismo; e nem este carecerá de força para manter-se, uma vês vitoriozo. Ha de triunfar e ha de perzistir como todos os dógmas sientíficos, ou não seria a doutrina definitiva. É isto que se rezume no teorema seguinte de política pozitiva — *toda verdade sientífica triúnfa, apezar dos obstáculos, e mantem-se inalterável pela livre aceitação da universalidade dos hômens.*

Conceder subsídio a algumas doutrinas já é privilegiá-las; conceder a todas é esperdiçar dezonéstamente o capital humano, desde que todas não pódem ser verdadeiras. O recurso é não sustentar nenhuma: os fiéis que mantênhão os seus sacerdótes, — teológicos, pedantocráticos, ou pozitivistas, — até que haja uma crença unânime.

2.° O ensino não déve ser obrigatório. Porque, num país livre, o fim do governo é fornecer aos cidadãos as *condições materiais* de cada um cumprir os seus deveres, e não *forçá-los* ao uzo dos *meios espirituais* que o governo julgar apropriados para facilitar o cumprimento desses deveres. Punição para quem violar o interésse geral; — ha um código criminal; — mas nada de medidas preventivas. cuja eficácia é mais que contestável.

É precizo que se pérca o sofisma de que o crime é filho da ignorância e a instrução produs virtude. Basta que qualquér ólhe em torno de si para ver muito ignorante honésto e muito sábio depravado. Supondo mesmo que a estatística mostrasse maiór número de ignorantes criminózos, ainda nada provaria, porque os instruídos fórmão uma minoria insignificante quando comparados à massa ignorante. Já o poéta da IMITAÇÃO o havia dito na sua fórmula teológica: *¿Que vale a siência sem o temor de Deus? Milhór é o camponês humilde que sérve a Deus, do que o filózofo soberbo que se esquéce de si e considéra o curso dos céus.*

Éstas duas condições rezúmem-se no teorema seguinte: *não ha regímen livre sem a separação dos dois poderes — temporal e espiritual.*

3.° O ensino déve ser público e gratuito. Poderíamos limitar-nos a dar a razão fundamental, que a siência foi criada pela Humanidade e só póde ser adquirida com o aussílio da Humanidade; portanto, não é privilégio de que ninguem póssa dispor como entender. No entanto, acrecentaremos que o destino político do ensino sendo fornecer a baze intelectual dos deveres gerais, é imprecindível que chegue a todos.

Talvês se tenha estranhado o nada havermos dito do ensino profissional, aquele que prepara para o ezercício das várias funções práticas. Fizemo-lo propozitalmente; porque, desde que houvér ensino integral, todos os cidadãos terão a *baze teórica* de qualquér profissão útil. Quanto ás profissões mesmas, só a *prática* póde habilitar-nos a ezercê las, contrariamente ao preconceito pedantocrático, que pretende formar engenheiros, médicos, jurisconsultos, administradores, etc., falando e ouvindo falar. Reflitão os nóssos concidadãos e o chéfe do Estado, e hão de reconhecer que isto é tão disparatado como abrir aulas para formar pedreiros, ferreiros, etc.

Rezumindo, vê-se que, para que o ensino forneça a baze intelectual dos deveres em um Estado verdadeiramente livre — que é o seu destino político — é necessário que se áchem realizadas cértas condições afetando a Família, a doutrina, o pessoal docente, e a distribuïção mesma do ensino. Por outro lado, já mostrâmos os limites da ação governamental. Combinemos agóra éssas condições e esses limites, e vejamos quais as medidas que o governo déve tomar para assegurar á nóssa Pátria um ensino na altura do povo livre que ambicionamos ser. E, ou o governo adotará éssas medidas, ou o Brazil continuará a ser um Estado teocrático e pedantocrático ao mesmo tempo, no qual o cidadão é obrigado a servir ao deus e á siência do chéfe da nação, até que, a seu pezar, a liberdade triunfe.

O país que julgue si somos nós os déspotas, como o proclâmão os elementos concertados de retrogradação e de anarquia.

IV

Medidas políticas necessárias a reorganização do ensino público

Antes de entrar na indicação das medidas que o estado atual do Brazil impõe ao governo, paréce-nos urgente deixar fóra de contestação a nórma de conduta geral que a situação ezige dos estadistas ocidentais, e, portanto, dos estadistas brazileiros. Tem isto por fim evitar que se pense que as medidas por nós aprezentadas só pódem ser aceitas e decretadas por um pozitivista. É precizo que fique perfeitamente estabelecido que élas se impõem a qualquér político emancipado dos preconceitos teológicos e revolucionários, e dezejozo sincéramente de concorrer para a regeneração humana.

Só assim atingiremos o nósso desideratum; porque, por um lado, os espíritos sistemáticos e os corações patriótas verão decorrer éssas medidas dos princípios estabelecidos nos artigos anteriores; e, por outro lado, os verdadeiros estadistas se convencerão fácilmente de que outro não póde ser o seu procedimento, apreciando o acordo das medidas que vão ser mencionadas como a *única nórma possível* de conduta política na situação atual.

¿Qual é, pois, éssa nórma? Eis a nóssa questão preliminar. Para rezolvê-la, comecemos por estabelecer o seguinte fato:

O governo atual do Brazil é uma ditadura central, e nem póde deixar de sê-lo hoje, seja qual for a legislação.

Com efeito, só ha dois meios de governar, isto é, de fazer com que todos concôrrão para o bem geral

na proporção de sua capacidade moral, intelectual e prática, a saber: a *força* e o *conselho*. Sempre que o segundo não basta, intervem o primeiro, e tem-se a *ditadura*. Óra, o conselho atua convencendo a inteligência da necessidade social dos atos, e persuadindo o coração a dezejá-los: no concurso déssa convicção e desse dezejo é que rezide a *plena liberdade*. Lógo, o conselho só é possível, como meio habitual de governo, quando ha *uniformidade de crenças* entre os elementos sociais, de sórte que todos estêjão conscientes de seus *deveres* em cada situação dada. Demais, quando todos têm *amor social* bastante dezenvolvido para cumprir esses deveres espontâneamente. Como éssas duas condições jamais se hão de realizar em *absoluto*, ségue-se que sempre haverá a força como último elemento contra os indivíduos manifestamente *insociáveis*, como é o cazo dos *malfeitores*.

Sendo assim, ¿é possível governar pelo conselho um país onde os cidadãos que se ocúpão de política têm opiniões suas a respeito de cada questão social e moral? ¿Um país em que a classe governante tem o amor social tão pouco dezenvolvido, que põe de parte a mais urgente de nóssas questões—a emancipação do trabalhador agrícola—e só cuida de enriquecer-se e gozar? ¿O que résta, pois, alem da *ditadura?* Força reprezentada por um só hômem, ou força de uma assembléia—que afinal se rezume no hômem de sua confiança;—isto é, ditadura pessoal ou ditadura parlamentar, o rezultado é o mesmo: *manda quem tem força, e obedéce quem é fraco;* não ha liberdade.

Mas, si o governo do Brazil é ditatorial, não é, nem póde ser, *absoluto;* o absolutismo é uma monstruozidade que só eziste no cérebro dos metafizicos

teológicos ou revolucionários. Todo poder tem limites políticos naturais nos costumes, preconceitos, opiniões das massas, e limites morais na natureza humana, que, salvo cazos raríssimos, tende a fazer o bem quando o conhéce. Sómente esses limites são mais ou menos amplos, confórme o grau de civilização de cada povo, o que se méde pela sua moralidade.

Quanto à fórma de ditadura, rezulta do dezenvolvimento histórico e não do que o legislador lembrou-se de escrever e decretar. As ditaduras modérnas constituírão-se em conseqüência da ruptura do laço católico e o acendente das *comunas*. Éstas, para libertárem-se, aliárão-se em cértos países com os nóbres contra a realeza—foi o cazo da Inglatérra, —e em oútros países com a realeza contra os nóbres —foi o cazo da França, da Espanha, de Portugal, etc. No primeiro cazo deu a *ditadura parlamentar*, no segundo deu a *ditadura central*. Nós, portanto, tivemos a última; e foi debalde que os utopistas constitucionais esforçárão-se por substituir-lhe a ditadura do sistema inglês. Depois de alguns anos de esperiência, já todos os *partidos políticos* denunciávão a constituïção do *poder pessoal*.

A ditadura central é, pois, entre nós, um fato tão irrecuzável como a quéda dos córpos, e o que résta é tirar déla o maiór proveito, induzindo o ditador atual a empregar o seu poder segundo os interésses da Humanidade, que são os verdadeiros interésses nacionais, e não esforçar-nos por galvanizar o *parlamentarismo*. Este, a ser possível o seu triúnfo, com a monarquia ou com a república, só traria o acendente imoral das classes privilegiadas, e sobretudo da classe agrícola.

Mas os interésses da Humanidade ezígem a re-

organização social pelo estabelecimento de um regimen que se apoie na *justiça* e na *liberdade*. ¿E como consegui-lo? De chófre? É vizivelmente impossível. ¿Lançando mão das doutrinas teológicas e metafízicas que tornárão possível a inquizição e a Robespierre? Tambem é claro que não. ¿O que résta, pois, sinão o *empirismo político, esclarecido pelos rezultados sientíficos que já fôrem unánimemente aceitos?*

Óra, similhante empirismo condus a manter as instituïções atuais que não fôrem obstáculo à reorganização social; a suprimir todas as que se opuzérem a éssa organização; e só adotar encargos materiais para o Estado quando tendêrem a elevar o proletariado às condições de bem-estar em que se áchão os protegidos da fortuna, ísto é, a dar-lhe *domicílio* e *família*, sem trabalho esterior para a mulhér, os anciãos e os filhos menóres.

Tal déve ser, portanto, a nórma de conduta dos estadistas brazileiros, e tal déve ser a preocupação dos patriótas que atualmente esperdição o ardor social nas argúcias do constitucionalismo, monárquico ou republicano democrático.

Colocados neste ponto de vista, ezaminemos as medidas que o governo tem de tomar para assegurar a reorganização do ensino público, adotando na enumeração délas o método do último artigo.

Medidas concernentes à família:

1.° Sancionar civilmente o estado em que éla se acha no Brazil, porque é uma instituïção que não se opõe à reorganização social. Promulgar, portanto, a *monogamia sem divórcio*, o registro civil de nacimentos, e secularizar os cemitérios. O Estado déve abstrair da sanção religióza, porque o cidadão per-

tence antes de tudo à Pátria, e não póde estar à mercê dos reprezentantes de qualquér doutrina.

2.° Conceder aos preletários que estão ao serviço do Estado o salário mínimo, capás de permitir-lhes a manutenção da família, de sórte que a mulhér, os avós, e os filhos até 14 anos não carêção de trabalhar esteriormente. Para isto, o governo deverá fixar o mínimo para a ezistência do cazal e ajuntar a esse mínimo quótas correspondentes aos membros que lhe estivérem anéxos.

A este mínimo de salário, *que déve ser o mesmo para todos*, juntar-se-á uma gratificação proporcional à importancia social do serviço prestado.

3.° Manter o salário mínimo em cazo de moléstia ou invalidês; e, por mórte do proletário, mantê-lo à família, desde que não deixar filhos maióres de 21 anos.

Quanto aos proletários que não estão ao serviço do Estado, merécem especial atenção os que aínda se consérvão escravos pelo reconhecimento público do mais hediondo de todos os privilégios. Uma lei de abolição, tendo por fim incorporá-los à nóssa sociedade e tirá-los da situação revoltante a que os rebaixámos, é até um dever da mais rudimentar gratidão para com os construtores das bazes materiais da nóssa ezistência política.

O mais é retribuir a vida que nos dão com a infâmia, que os transfórma em vitimas inocentes e cai indelével sobre nós, que os sacrificamos a sangue frio.

Por mais imediatas que éstas medidas parêção são apenas indirétas. O seu rezultado consiste em pôr o maiór número possível de Famílias em condições de preencher o seu destino social, e nada mais.

Para que este destino seja atingido, é necessário uma série de requizitos morais e intelectuais que não depêndem do governo. Mas este terá feito, com a promulgação das medidas citadas, tudo quanto está no limite do seu poder real para elevação do proletariado; sendo, alem disso, de esperar que o seu ezemplo reaja sobre os demais patrões.

Medidas concernentes à doutrina:

Mostrâmos que, para que o ensino satisfizésse plenamente ao seu destino político, éra necessário que a doutrina abraçasse o mundo, a sociedade, e o hômem. Óra, ezístem atualmente várias doutrinas, que afétão similhante pretenção em nome dos princípios teológicos, e *sómente* o Pozitivismo, que, segundo as afirmações de seus sectários, se apoia na siência. Mas as primeiras já caírão em descrédito, e o mais vulgar bom senso déve impedir qualquér estadista de recorrer a élas; e o segundo é combatido pelos sábios oficiais, em nome da siência, segundo dízem. Néstas condições, ¿o que póde o governo fazer num país que ambiciona ser livre? ¿Adotar uma délas? Sustentar a todas? O Pozitivismo não aceitaria similhante privilégio, contrário à dignidade de qualquér autoridade espiritual, e *esplícitamente* condenado por Augusto Comte. Portanto, para ter *doutrina geral* subsidiada por si, o governo só poderia lançar mão das doutrinas teológicas, como tem feito até hoje, contráriamente ao que lhe indica o *empirismo político esclarecido pelos rezultados sientíficos que já fôrão unânimemente aceitos.*

Porque éssas doutrinas teológicas reconhécem a Bíblia; e onde a Bíblia dis—*a Térra está parada*, —a siência lê—*a Térra móve-se*, —com o assentimento unânime dos Ocidentais. Aínda mais: éssas teologias admítem *milagres*, isto é, fatos contrários às leis naturais já unânimemente reconhecidas.

Por outro lado, é fóra de contestação que *todas as verdades sientíficas triúnfão mau grado os obstáculos, e mantêm-se, depois de vitoriózas, livre e espontâneamente.* Sendo assim, ou a doutrina integral sientífica já eziste, como afírmão os pozitivistas, e neste cazo ha de triunfar por si; ou não eziste aínda, e não é o governo que ha de inventá-la da noite para o dia. Em ambas as hipótezes, a mais rudimentar prudência aconselha a um empirismo esclarecido que se abstenha de adotar qualquér doutrina como doutrina do Estado. Porque é *inútil* proteger a verdadeira, que não preciza de aussílio governamental, e é espor-se a ser *prejudicial* tomando a iniciativa de escolher qualquér, que póde ser falsa.

O rezultado é que o empirismo político impõe aos estadistas atuais a dezistência de um ensino integral mantido pelo governo. Abandonada ésta pretenção, ¿qual déve ser o ponto de vista capás de satisfazer ao *destino político* do ensino em um país que ambiciona ser livre, e num período de anarquia mental como o nósso? Aceitar fundamentalmente como *deveres* indiscutíveis para o governo as leis do país que indícão atos políticos e não se reférem a doutrinas, às quais leis o cidadão terá de obedecer, por bem ou por mal. E, dado que o destino político do ensino é fornecer a baze intelectual dos deveres, só subvencionar, como objéto de ensino geral, o que fôr necessário para conhecer as leis. A este ensino déve-se juntar o que já foi unânimemente reconhecido útil, como o ensino das artes liberais, mas com a condição de se estender a todos.

Desde, porem, que falta o ensino integral, surge a necessidade de um ensino profissional, em que os *hómens práticos* espônhão, sob sua responsabilidade, os princípios teóricos que julgárem imprecindíveis ao ezercício da profissão respetiva.

O governo tem, portanto, de atender a ésta necessidade; mas déve sempre colocar-se no ponto de vista do interésse geral, e ter prezente que é uma instituïção provizória. Tudo mais que não for isso, acarretando despezas para o Estado, sem *rezultado garantido*, déve ser abandonado. O país tem necessidade evidente de elevar a massa da nação, e não póde sustentar diletantismos sem proveito. Quem quizér ilustrar a inteligência só para ser sábio e constituir-se objéto de curiozidade luxuóza, que o faça à sua custa; o Estado nada tem que ver com o gosto especial de cada cidadão em particular.

Aplicando estes princípios gerais ao cazo atual, as medidas a tomar quanto à doutrina importarião no seguinte:

Ensino geral.—Só considerar ensino primário a leitura escrita, contabilidade, e as artes liberais, sempre que for possível. Suprimir o ensino secundário, e, portanto, o colégio de Pedro II e a Escóla Normal.

O rezultado désta refórma é acabar-se com éssa fábrica escandalóza de preparatórios, que só tem servido para desmoralizar as gerações desde a infância, e para assegurar o acendente de todos os especuladores da vaidade e do orgulho patérnos.

Quanto ao ensino profissional, percorramos, umas após outras, as nóssas atuais academias.

Escóla Politécnica.—Reduzi-la a formar engenheiros, confórme o destino fundamental da antiga

Escóla Central, e aproveitando os atuais laboratórios que pudéssem concorrer para esse fim.

Escólas de medicina.—Considerando: 1°, que não ha uma doutrina médica unânimemente aceita pelos teóricos; 2°, que não ha uma prática médica unânimemente aceita pelos clínicos; 3°, que até hoje se tem formado práticos sem um cérto número de *novidades* agóra introduzidas pelos acadêmicos, o governo déve limitar-se a confiar o ensino médico aos verdadeiros clínicos, e suprimir todas as inovações, porque não tem competência para julgá-las.

Escólas de direito.—Reduzi-las a formar legistas, no sentido rigorozo da palavra: hômens que conhêção a legislação do país, a que lhe é subsidiária, e os tratados internacionais. O fim déstas escólas é preparar administradores, juízes e advogados; e néstas funções, o cidadão não tem que discutir *teorias*, tem que aplicar a lei.

Escólas militar e *de marinha.*—Reduzi-las a formar oficiais, confórme os destinos do ezército e da armada, e sem conhecimentos supérfluos.

Muzeu.—Suprimir os cursos oficiais, que produzírão aumento no pessoal do estabelecimento.

O *Observatório astronômico* déve ficar reduzido ao que for necessário para a instrução dos engenheiros geógrafos e oficiais de marinha, abstraíndo de todas as operações com destino puramente sientífico, e de todos os trabalhos gerais que já fôrem realizados por outros observatórios do mundo.

É precizo dezistirmos, de uma vês por todas, da vaidade de ter uma *siência nacional*. A siência é universal no seu destino, e basta que seja elaborada por quem já estivér em condição de fazê-lo. É a divizão dos ofícios aplicada às nações.

A este conjunto de reformas déve juntar-se a sustituïção dos diplomas por certificados que não dêm privilégio de qualidade alguma.

Medidas concernentes ao pessoal:

Para apreciação das medidas concernentes ao pessoal, convem lembrar que, quanto ao ensino profissional, o Brazil possúi atualmente um número imenso de profissionais, não só *teóricos*, saídos das várias academias, como *práticos*, reconhecidos por longos anos de ezercício e trabalhos realizados. Póde ser que não sêjão o *supra summum* da habilidade; mas é o material que eziste no país e que mais ou menos tem *amor* por ele.

É désta massa de hômens que o governo déve tirar o pessoal docente das escólas profissionais, até que chegue o momento de suprimi-las de todo. Ir procurar méstres fóra, é espor-se a ser esplorado pela ouzadia dos charlatans sem patriotismo, que não ezitão em deixar a térra em que nacêrão, por meia dúzia de vintens, ou pela ambição de altos cargos em térra estranha.

Isto posto, eis como o governo déve proceder na escolha do pessoal docente, geral e profissional:

1.° Todo o pessoal déve ser escolhido por concurso, sendo o júri nomeado pelo governo.

2.° Para o ensino profissional, o júri compor-se-á de *práticos*, hômens que já tênhão ezercido a profissão respetiva.

3.° Só poderão concorrer neste cazo os profissionais práticos tambem.

4.° O méstre terá de ensinar sucessivamente à mesma turma todas as teorias julgadas nècessárias para a profissão respetiva. Isto é imprecindível para manter os méstres e os aprendizes no ponto de vista do conjunto. O fim do governo não é formar filózofos, nem naturalistas ou matemáticos; é formar engenheiros, legistas, e médicos. O mais é transformar as escólas em oficinas de charlatanismo.

Medidas concernentes à distribuïção do ensino:

1.° Todo ensino, remunerado pelo Estado, ou feito em edifício do Estado, será público e gratuito.

2.° O Estado não reconhéce privilégio de qualidade alguma, nem aos méstres, nem aos dicípulos.

3.° O ensino não será obrigatório em grau nenhum.

Na nomeação para as funções públicas, o governo procederá por concurso, devendo o júri ser tirado do pessoal correspondente. E, no cazo de ser a nomeação para cargos técnicos, o governo ezigirá *próvas de trabalhos anteriores* nas especialidades em questão.

Medidas accessórias:

1.° Os atuais empregados legítimos, cujos lugares fôrem suprimidos, conservarão os seus vencimentos, não podendo, porem, acumular nenhum outro ordenado, seja qual fôr a comissão que posteriormente aceitárem do governo.

2.° As salas e laboratórios das escólas públicas poderão ser póstos à dispozição de qualquér cidadão que pretenda fazer cursos, desde que o candidato tivér provado por ensino, ezame, ou trabalhos anteriores, dedicar-se à matéria em questão. Em todo cazo, o curso será público e gratuito.

Tal é o conjunto de medidas reclamadas pela nóssa situação social, e que nos limitamos a apontar,

sem nos deter em minuciozidades que não virião a propózito.

Como se vê, élas estão nos limites reais da ação que reconhecemos ao governo em nósso país, e em perfeito acordo com o destino e as condições do ensino público em um país que quér ser livre. Para concluir, só résta mostrar que éstas medidas prepárão a grandeza nacional, confórme a definimos no primeiro artigo.

1.° Élas pôem um freio ao parazitismo burguês, porque diminúem o pessoal docente e suprímem os privilégios dos diplomas, sientíficos e literários.

2.° Redúzem o funcionalismo do ensino, e indirétamente todo o funcionalismo, ao rigorózamente necessário; e cércão-se das garantias que a prudência humana oferéce para assegurar-nos da competência do funcionário.

3.° Têndem a elevar o nível do proletariado ao ideal que descrevemos anteriormente.

Vê, pois, o chéfe do Estado, e vêem os nóssos concidadãos, que a situação do Brazil está muito longe de reclamar uma Universidade, confórme o projéto do governo, ou qualquér outra *sistematização* do ensino pelo Estado. Mas, para que a demonstração seja cabal, consagraremos alguns artigos à apreciação do advento e do papel social das Universidades e corporações teóricas privilegiadas até os nóssos dias.

Depois só terá Sua Magestade que escolher entre a glória de Pombal, que não ezitou em quebrar os privilégios do seu tempo e preparar a futura regeneração de nóssa raça, ou o papel de chéfe da liga pedantocrática, que lhe quérem dar.

V

O regímen católico-feudal: advento das Universidades

Não ha fenômeno social que póssa ser cencebido izoladamente; no organismo humano, coletivo e individual, *tudo é solidário, tudo conspira, tudo consente*. Por isso tambem nenhuma medida, política ou moral, póde ser adotada sem o ponto de vista do conjunto; isto é, sem que se tenha julgado de suas reações em todo o ente. Tal é a verdade, quér se trate das instituïções definitivas, como a siência, quér se ezamínem as instituïções provizórias, destinadas a dezaparecer em prazo mais ou menos longo.

Portanto, para compreender o que fôrão no passado as Universidades, e em geral as corporações teóricas privilegiadas, é precizo ezaminar as condições sociais em que surgírão, e o papel que têm reprezentado; não no ponto de vista izolado do ensino e do acúmulo de conhecimentos, mas como um elemento do organismo social que reage sobre todos os outros, e sófre a reação deles por sua vês.

Tal é o motivo que nos léva a consagrar alguns artigos à apreciação da evolução ocidental, partindo do regímen social, em que surgírão as Universidades, —o regímen católico-feudal,—e vindo até os nóssos dias. Neste ezame não havemos de esquecer o papel que têm reprezentado as nóssas academias especialmente.

Comecemos por ver como originou-se o regímen mediévo, e como dele rezultárão as Universidades.

É sabido que Roma, por um trabalho secular de conquista e assimilação, conseguiu reunir em um só

todo grande número de nações, impondo os *hábitos da pás* à maioria das populações, e fazendo brotar o sentimento da fraternidade humana. *Hômem sou, e nada humano eziste que alheio a mim repute*, — proclamava um poéta déssa época, no meio de frenéticos aplauzos.

Rezultou assim para o mundo romano uma contradição entre o regímen político essencialmente militar e os costumes e aspirações que tendião para um sistema pacífico. A ésta cauza íntima de dezequilíbrio político juntava-se a situação intérna do império, ladeado por hórdas nômades. Éstas, privadas de seus territórios, vião-se forçadas a passar para o estado sedentário, antes que a sua evolução espontânea a isto as tivésse conduzido. E então, com os seus hábitos guerreiros, éra natural que se precipitássem sobre as províncias já cultivadas, e nélas se estabelecêssem.

Néstas condições, a conquista não podia continuar a ser um destino social dado à atividade dos hômens livres; mas, por outro lado, o ataque iminente dos bárbaros impunha a necessidade de manter-se em pé de guérra para repeli-los. Portanto, o único regímen político possível éra ainda o regímen militar, em que o ponto de vista de *defeza* se substituísse ao da *conquista*. Tal éra a situação quando o grande Cézar fundou a ditadura sociocrática, que durante alguns anos pode fazer face às dificuldades do momento. Havia de chegar, porém, [illegible]

a conquista em defeza; mas solicitárão uma transformação profunda dos póvos que o império agremiara. Não só Roma, para impor a pás, teve de impor ou aceitar a escravidão das massas, como tambem a classe livre, tendo perdido o destino social que lhe dava a conquista, e dispondo das imensas riquezas que ésta lhe trouxéra, entregou-se a ecéssos de uma perversão moral inconcebível. A isto se juntava a situação precária da Mulhér. Similhante espetáculo éra mais que suficiente para comover os grandes corações désta época e fazer com que os hômens que, alem de coração, possuíssem inteligência elevada, se votássem ao estudo dos meios de regenerar o vasto organismo. Esses corações não faltávão em uma época em que o poéta pedia a Júpiter que désse aos maus o conhecimento da virtude, para que lhes fosse suplício a dor de havê-la abandonado. E nem faltávão as inteligências rasgadas para as altas concepções no povo que assimilara os rezultados filozóficos e sientíficos da evolução grega.

Ao gênio que cometesse a empreza da regeneração moral do imenso colosso, impunha-se desde lógo uma condição iniludível. Não tinha que contar com o poder político, e tinha de vencer a opozição das corporações sacerdotais politeicas sustentadas pelos elementos mesmos que se pretendia regenerar. Portanto, só podia recorrer à influência moral. E esta influência, ¿como adquiri-la sem uma doutrina capás de satisfazer às massas ocidentais? ¿E quais os elementos que fornecia para construir uma

mesmo politeísmo proclamava a subordinação dos deuzes ao Destino, divindade superior, cujos decrétos érão imutáveis. Sócrates tinha evidenciado a impossibilidade de uma moral estável com o politeísmo, quando Juno aprovava o que dezagradava a Júpiter; e chegara assim à concluzão da ezistência de um Deus, partindo do estudo do hômem. Aristóteles, partindo do estudo do mundo, chegara à concluzão, fundamentalmente análoga, do *Primeiro Motor*.

Portanto, a filozofia conduzia ao *monoteísmo* os espíritos ilustrados, e a crença no Destino permitia fazê-lo aceitar pelas massas. Mas, para isso, éra precizo que o monoteísmo fosse *revelado;* porque o cérebro popular não tinha cultura para seguir a *demonstração metafízica* de Aristóteles.

Estado social. — Ao lado do poder romano, fórtemente organizado, e dos sacerdócios apoiados ofícialmente, havia a escóla de Pitágoras. Esse grupo de hômens independentes votados ao estudo aconselhava e legislava para as nações que o consultávão; infuía, em suma, nos destinos políticos do mundo, sem a mínima força material. Assim, o estado social dava o ezemplo de um poder espiritual distinto do poder temporal.

Portanto, o mundo romano estava naturalmente preparado para aceitar um monoteísmo que pregasse a regeneração humana, quando incorporou a si a sociedade judáica. O gênio social de Moizés havia arrancado violentamente éssa população ao fetichismo e imposto a crença de um Deus único, que ele recebera da casta sacerdotal egipciaca. E os cativeiros em térras estranhas tinhão modificado sucessivamente a doutrina mozaica de módo a adaptá-la espontâneamente à compreensão popular. Demais,

as épocas de provação fizérão surgir os *profétas*, cujo prestígio moral devia ter familiarizado os espíritos mais eminentes desse povo com o poder de que dispõe um hômem pregando, em nome de uma crença comum, a regeneração social. Na data mesmo a que nos referimos, esses profétas surgião, contando-se entre eles Jezus-Cristo, que conseguiu formar um grupo de hômens animados do dezejo de regenerar a Judéia.

Ésta incorporação oferecia, pois, à contemplação do pensador romano um monoteísmo já convenientemente preparado para ser aceito pelo povo, um sistema cultual já constituído, e um primeiro esboço de poder espiritual nos profétas. Isto facilitava em estremo a *invenção* do monoteísmo romano. Com efeito, néstas condições, o problema se reduzia a modificar o monoteísmo judáico, requintando o dógma segundo as ezigências filozóficas da época, e de módo que permitisse a sistematização do poder espiritual. Foi o que realizou o gênio do incomparável S. Paulo.

Judeu de orígem e profundamente versado na lei mozaica (Ep. aos Galatas, cap. 1), o monoteísmo lhe éra familiar, bem como a crença na revelação; cidadão romano, possuía as aspirações à fraternidade universal, que não tínhão os dicípulos de Jezus; e aí estão as epístolas que deixou para patentear a sua alta capacidade filozófica. Para evidenciá-lo, basta a descubérta do dualismo de nóssa natureza moral, que, na sua fórmula teológica, ele chamou a *graça* e a *carne*.

Não tendo conhecido a Cristo pessoalmente, e jamais tendo estado com seus dicípulos (Ep. aos Galatas), o tipo do proféta judeu que pregara a regeneração de Israel pode tomar, na sua imaginação as proporções divinas, e tornou-se o redentor do mundo.

Toda a imensa elaboração operada em seu cérebro pareceu-lhe uma *revelação* de Jezus, como a Sócrates parecia ouvir do seu *espírito* a doutrina que ensinava.

E assim surgiu o catolicismo. Três séculos levou ele a propagar-se pelo mundo romano, em luta com os filózofos e os sacerdótes do politeísmo; empregando aínda os dois séculos seguintes ao seu reconhecimento oficial em debelar as herezias que se erguião em seu próprio seio, e fixar o dógma.

Apezar de todas as opozições, ele triunfou, porque correspondia às necessidades sociais do momento, e os *hômens têndem sempre a acreditar na realidade das concepções cuja utilidade social está suficientemente provada*, confórme a lei de P. Laffitte.

Constituiu-se, pois, um *poder espiritual* no seio da fórte organização temporal do império, dirigindo as almas em nome da *fé* e do *amor*. Tal foi um dos elementos do regímen mediévo que sucedeu ao colosso romano.

Foi por esse tempo que as invazões se multiplicárão. Os imperadores não pódem mais acudír a todos os pontos; a desmoralização sóbe de ponto; o império fragmenta-se, e os chéfes locais tórnão-se independentes. Coméça a organizar-se o elemento temporal do regímen mediévo.

A separação dos poderes temporal e espiritual impôs ao dógma católico uma complicação enórme, e ao sacerdócio o dever de ensiná-lo ao povo, para que este lhe servisse de apoio. Ao mesmo tempo, o governo espiritual tornou imprecindível uma cultura moral, até então desconhecida, em toda a massa social, sob o pretesto de assegurar-se a bemaventurança. Calcule-se por aí o ezercício intelectual e moral a que não teve de consagrar-se cada crente.

Similhante regímen nacia, porem, condenado a dezaparecer em bréve. Desde que as invazões cessássem e a pás se garantisse; que o ezercício intelectual das massas as habituásse para a plena emancipação; que a cultura moral assegurasse o acendente habitual dos instintos simpáticos; e que a emancipação da mulhér e do trabalhador assegurasse a dignidade de ambos; desde que todos esses progréssos estivéssem realizados, o regímen católico-feudal tinha concluído a sua missão. Óra, isto estava consumado no XIII século.

Augusto Comte divide a idade-média em três fazes. A primeira abrange os V, VI e VII séculos; é caraterizada pelas invazões sucetíveis de estabelecimento definitivo; é a época própria de defeza e em que o império se fragmenta; domina a *independência*. A segunda compreende os VIII, IX e X séculos; é a época em que o Ocidente, sob a prezidência de Carlos -Magno, repéle as invazões dos politeístas do nórte, que são convertidos ao catolicismo; domina o *concurso*. A terceira abraça os XI, XII e XIII séculos; é a época em que o feudalismo se constitúi definitivamente pela combinação do concurso e da independência dezenvolvidos nas fazes precedentes. Neste período, o Ocidente repéle a invazão monoteica dos Árabes: é o período das *cruzadas*.

A partir dos fins da segunda faze, o latim coméça a cair em dezuzo, e com ele o estudo das óbras antigas de literatura e siência. Carlos-Magno tenta reanimar o estudo: coadjuvado pelo célebre Alcuíno, funda escólas, e nas suas capitulares intima aos bispos e mosteiros que tambem as multipliquem. As escólas érão então anéxas às catedrais e aos mosteiros, e nélas se ensinávão as séte *artes* que constituião o

trívium e o *quadrívium*. O trívium constava da gramática, lógica e retórica; o quadrívium éra constituído pela arimética, geometria, astronomia e múzica. Na capitular de Thionville, Carlos-Magno recomenda tambem o estudo da medicina. O destino de tudo isto éra a teologia e a compreensão das escrituras. Tambem não havia privilégios para ensinar: ensinava quem se julgava no cazo de fazê-lo.

Na terceira faze descóbrem-se as Pandéctas, as Institutas, o Código Justiniano, e as óbras de Aristóteles. Bolonha enche-se de escólas,—*studii*—onde *lê-se* o direito romano. Em 1158, Frederico Barba-roxa toma-as sob sua proteção, e concéde aos professores o privilégio de sêrem julgados por seus pares nos procéssos civis. Tal é o primeiro ezemplo de privilégios concedidos a uma corporação teórica. Estes privilégios esplícão-se desde que se sabe que o direito romano firma o princípio de que *a lei é o que aprás ao príncipe*.

Calcule-se por aí com que açodamento os chéfes temporais não havião de acolher os professores de similhantes doutrinas. Éstas izenções de tribunais civis, e mesmo ecleziásticos, érão naturalmente ambicionadas pelas outras escólas: as de Paris as obtivérão, em 1200, de Felipe Augusto; e depois, João Sem Térra as concedeu às escólas de Oxford.

Mas o nome de *Universidade* só aparéce em 1215, no primeiro regulamento das escólas de Paris, feito pelo legado do papa, Robérto de Courçon; e segundo Fleury, foi dado para indicar que na mesma cidade se podia aprender tudo.

Por este regulamento, a liberdade de ensino que até então ezistira ficava suprimida; ninguem podia ensinar as artes em Paris sem ter 21 anos e sem as

ter estudado pelo menos seis anos. E para ter *licença* de ensinar, devia ser ezaminado. Ficávão proïbidas a fizica e a metafizica de Aristóteles. Gregório IX, na bula de 1231, que restabeleceu a Universidade de Paris, abrandou ésta última dispozição, suspendendo apenas o ensino até que éstas óbras fôssem ezaminadas.

A partir déssa época, as Universidades crécem em privilégios concedidos pelos reis e pelos papas. Isto esplica-se pelo dezejo que tinhão os dois poderes de assegurar para si o apoio dos *doutores*.

Para mostrar o prestígio destes, basta citar a seguinte passágem de úma carta que os doutores da Universidade de Paris dirigírão ao papa em 1255. Aí ameaçávão eles ao papa de retirar-se, e acrecentávão:

« Então a Igreja ficaria em perigo de cair na ignorância e cegueira, e ser devastada pelos heréges. »

No século XIII surgírão aínda as Universidades: de Pádua e Nápoles, sob a proteção de Frederico II; Tolóza, Montpellier, Cambridge e Salamanca. A escóla de Orleans, notável pelo estudo do direito civil, recebeu os privilégios em começo do XIV século, e a de Angers antes do fim do mesmo século. A de Praga, a primeira e a mais eminente das Universidades alemans, constituiu-se em 1350; Leipzig veio posteriormente. Cada Universidade distínguia-se por uma especialidade: Paris, pela teologia; Bolonha, Orleans, etc., pelo direito; Montpellier, pelos estudos médicos, etc.

Mas o que determinava os privilégios dados a éssas corporações éra a sua influência social, como já dissemos, em conseqüência do estudo do direito e

dos comentários sobre Aristóteles, que nélas se fazião. Já mostrâmos porque os poderes temporais érão levados a proteger os legistas, e fizemos pressentir a cauza do prestígio dos metafízicos. Para perfeito esclarecimento, juntaremos, porem, algumas indicações mais.

Desde o XI século que se descubrira a lógica de Aristóteles, e uma passágem da introdução feita por Porfiro fora a faísca que ateara o incêndio das discussões entre as *escólas*, revivendo a questão da *realidade ou não realidade dos universais*. Travou-se então a luta entre os nominalistas e os realistas; luta que foi abalar os fundamentos mesmos do dógma católico e encheu o século seguinte. Os papas e os chéfes temporais tínhão, pois, razões sobejas para proteger e ganhar para si similhantes corporações.

No começo do XIII século, o Ocidente achou-se livre de qualquér preocupação defensiva; a dignidade feminina constituída como o demonstra o culto da Vírgem e a instituïção da cavalaria; finalmente, libértos os trabalhadores, sobretudo urbanos. Éra, portanto, forçozo que a atenção se voltasse para o problema inevitável do estabelecimento definitivo da *fraternidade universal*. Ésta éra a aspiração de todas as almas ocidentais, sobretudo latinas, graças à evolução romana e ao catolicismo que continuara a cultura do sentimento. A inteligência tinha adquirido um dezenvolvimento considerável em toda a massa, especialmente na classe sacerdotal, em conseqüência de um dógma ecessivamente abstrato, e do estudo contínuo dos motivos das ações humanas, que mantinha a cultura indutiva.

Os pedantocratas costúmão confundir a capacidade intelectual com a aquizição de conhecimentos

pozitivos, e, portanto, são levados a considerar a ignorância dos tempos mediévos como uma próva de embrutecimento popular. Ha nisto um erro. Em primeiro lugar, a ignorância éra só quanto aos fenômenos cosmológicos e biológicos; porque, no que respeita aos fenômenos morais, e mesmo políticos, qualquér hômem do povo medieval, que vivia a escrutar os motivos de seus atos, sabia mais do que os nóssos enfatuados acadêmicos que pássão o tempo a contemplar micróbios problemáticos.

Em segundo lugar, a compreensão do dógma católico ezige maióres esfórços intelectuais do que qualquér concepção sientífica. A diferença é que em um cazo o cérebro ezercita-se sobre *ficções*, e no segundo sobre *realidades*; da mesma fórma que fazendo ginástica dezenvólvem-se os músculos em movimentos vãos, e trabalhando dezenvólvem-se os mesmos músculos em movimentos úteis.

Com esses dótes intelectuais e morais, e com éssa situação política, o estudo tendia a dezenvolver-se. E como o dógma católico éra uma téla soberba de ficções, cuja urdidura o sentimento social arrancara ao gênio de S. Paulo e dos doutores da Igreja, éra fatal que ele se despedaçasse aos empuxões da realidade sientífica.

Óra, o advento déssa realidade éra inevitável; e tanto mais fácilmente, porque ao lado do mundo católico estava a sociedade islâmica, depozitária da filozofia e da siência gregas. E, por outro lado, o esgotamento do regímen militar, agóra sem destino, permitindo o advento do regímen industrial, forçava as grandes inteligências às descubértas sientíficas, baze imprecindível da nóva órdem.

Mas o gênio de S. Tomás de Aquino conjurou o

perigo por algum tempo, adaptando o monoteísmo católico à concepção aristotélica do Primeiro Motor. Assim tornou o teologismo sistemáticamente compatível com um primeiro grau de dezenvolvimento sientífico. O rezultado lógico, porem, foi sancionar a possibilidade da *discussão* no que até então fora motivo de *fé revelada*. O *livre ezame* surgiu, portanto, no seio do sacerdócio católico com as honras da canonização. E Dante, aplicando-o na sua idealização do catolicismo, assumiu até as mais elevadas funções sacerdotais, lançando a papas no inférno. Póde-se dizer que a Divina Comédia foi o clarim da revólta.

Assistimos assim ao advento histórico das Universidades, que fôrão as primeiras corporações teóricas privilegiadas. Nos próssimos artigos mostraremos que élas constituírão *então* um elemento do progrésso, e acompanharemos o seu papel, bem como o das outras corporações teóricas privilegiadas que posteriormente surgírão, até os nóssos dias. Pára isto, continuaremos a apoiar-nos nos documentos históricos e nos autores que os *soubérão ver*, como fizemos até aqui. *

E depois que houvérmos realizado similhante apreciação, o chéfe do Estado e os nóssos concidadãos que decídão si são motivos de *glória* e *honra* para qualquér país éssas *confrarias de pedintes*, de ha muito votadas às gloríolas e interésses materiais de seus membros, com inteiro esquecimento da utilidade social.

É precizo que ninguem se iluda: desde que o governo *paga* um professor, concéde-lhe um privilégio que os outros não têm; e escuzado é vírem falar-nos em *livre ezame* de pessoas que são pagas pelo governo do imperador Guilhérme e do príncipe de Bismark, em um país militarizado, e onde se perségue os judeus. Terão livre ezame para discutir sobre a *formação do mundo*, *sobre a gênezis do nósso globo*, *sobre o fogo central*, *sobre o hômem primitivo*, etc., coizas que se acomódão fácilmente às ambições e interésses dos chéfes. Mas esquécem-se da primeira condição do livre ezame, que é o governo não sustentar com o dinheiro público teorias que não são unânimemente reconhecidas pelo mesmo público; o primeiro dever do sábio, que é garantir o bem-estar dos que págão à siência deles com o necessário para proteger-se contra a mizéria; o primeiro dos atributos sociais da siência, que é não precizar de aussílio material para impor-se.

Pois que? São liberais, e não quérem a liberdade para si; quérem o privilégio que lhes assegura os meios de satisfazer os seus dezejos, trabalhando e vivendo como entendêrem, à custa do tezouro público! São hômens de siência, ¿e recêião que a propaganda de suas idéias não convêrtão os hômens, que os dicípulos os não mantênhão? Ou não têm confiança na força demonstrativa da siência, ou quérem impor a seus concidadãos o encargo de mantê-los contra a própria vontade. Então, ¿que diferença ha entre eles e os sacerdótes teológicos?

O país que reflita, e chegará à concluzão de que só os pozitivistas pódem ser liberais, porque só eles confião no poder da siência, que funde as intelligências, e no amor social, que unifica os corações, garantindo a *órdem* e o *progrésso* pelo consentimento e pela convicção dos elementos sociais.

* Vide Hallam, *Europe during the Middle Ages*; e Fleury, *Histoire ecclésiastique*, para o que se refére ao estudo e às corporações teóricas surgidas na idade-média. Para o mais, vide o *Catecismo Pozitivista* de Augusto Comte, e a sua *Política Pozitiva*.

que estávão lado a lado; ao passo que o sentimento social aspirava à fraternidade universal; primeiro dezacordo. O sacerdócio éra teológico e a atividade tendia a tornar-se definitivamente industrial, depois da libertação dos trabalhadores; segundo dezacordo, porque a teologia considéra o trabalho um castigo e não póde fornecer-lhe as bazes teóricas. O governo éra militar e não podia dirigir ésta atividade pacífica; terceiro dezacordo. A situação éra, pois, francamente revolucionária, com o é, aínda hoje.

¿Quais os elementos sociais retardatários? O sacerdócio e o governo, que não podião dirigir a atividade industrial e satisfazer ao sentimento social. ¿E por que meios se estabeleceria o equilíbrio? Continuando a evolução sientífica da Grécia, que daria a baze teórica à indústria, produziria uma fé capás de estender-se a todos os póvos, e, portanto, uniformizaria as crenças; transformando o sacerdócio de teológico em sientífico, e substituindo o governo dos chéfes militares pela direção dos chéfes industriais.

Óra, éra evidentemente impossível realizar isto de um dia para outro; e muito mais impossível aínda conceber desde ésta época similhante transformação. O rezultado foi que tudo teve de dar-se empírica e inconsientemente. Antes que a situação se aclarasse, o catolicismo e o feudalismo caírão em dissolução espontânea, ao passo que a siência e a indústria desenvolvêrão-se anárquicamente, apoiando-se nos destróços do regímen decadente, pondo-os em luta uns contra os outros, e servindo-se deles como armas de triúnfo. O piór foi que na tormenta geral perdeu-se a cultura afetiva, e o nível moral baixou no conjunto das populações ocidentais.

Desde que o teologismo perdia o prestígio sobre

as almas, dezaparecia toda possibilidade de governo espiritual; e para manter a órdem éra indispensável que surgisse a *ditadura*. E como os chéfes industriais nem tínhão hábitos de governo, nem acendente social bastante, a ditadura só podia rezultar de uma concentração dos poderes nas mãos dos chéfes militares, reis ou nóbres. Éra, portanto, inevitável a luta entre o poder temporal e o poder espiritual, de módo que o segundo ficasse subordinado ao primeiro.

Óra, para que éssa luta fosse possível, tornava-se necessário que a crença católica estivésse abalada na massa dos crentes, e sobretudo na classe espiritual diretora. As necessidades do progrésso ezigião, pois, o advento de um órgão que minasse o dógma católico pela discussão, e propagasse ao mesmo tempo as teorias favoráveis à supremacia do poder temporal. Esses órgãos fôrão as Universidades, compóstas especialmente de metafizicos e legistas; e o poder temporal, concedendo-lhes privilégios, servia espontâneamente ao progrésso, preparando a *arma de guérra* contra o papado e contra o feudalismo.

Acompanhemos agóra as Universidades e as corporações teóricas privilegiadas que surgírão depois, através da tranzição revolucionária.

O conjunto dos séculos que vão do XIV ao XVIII é dividido por Augusto Comte em duas fazes. A primeira, de *decompozição espontânea* do regímen medievo, abrange os XIV e XV séculos; a segunda, de *decompozição sistemática*, compreende os restantes, e subdivide-se tambem em dois períodos: um de decompozição protestante (1500-1688), outro de decompozição deista (1688-1789).

É na faze da decompozição espontânea que os metafizicos e legistas préstão maiór concurso à cons-

tituïção da ditadura temporal, sucitando herezias, aussiliando a formação das igrejas nacionais, e sustentando o acendente do poder temporal. Wiclef e João Huss fôrão, o primeiro, doutor da Universidade de Oxford, e o segundo, reitor da Universidade de Praga.

É sabido que Felipe, o Bélo, nos *Estados Geraes* de 1302 e 1303, foi sustentado pelo cléro, nobreza e burguezia contra o papa, reprezentando papel eminente os legistas. A luta acaba pela prizão do chéfe da Igreja, em Avinhão, durante 70 anos (1308 a 1378). Assim, o XIV século demonstrava o aniquilamento do poder papal como autoridade ocidental, o que teria sido impossível sem as discussões dos séculos anteriores.

Convencidos da nulidade de seu poder espiritual, por faltar-lhes o apoio dos crentes, os papas esfórção-se desde então por constituir-se em príncipes italianos. Rezignão, pois, espontâneamente a supremacia ocidental, de que fora o mais eminente tipo o grande Hildebrando.

A decompozição nésta faze é comum a todo o Ocidente; por toda parte o poder temporal tenta subordinar a si o elemento espiritual. Na nóssa raça, especialmente, ésta operação é definitivamente realizada por Pedro, o Justiceiro e Cruel. Daí data o *beneplácito* que passou para nóssa legislação. O cléro, sentindo-se sem força na opinião pública, e vendo perdida a unidade pelo desprestígio do chéfe, começou a encostar-se a um dos elementos do poder temporal, realeza ou nobreza, confórme a tendência das *comunas*. Surgírão assim as *igrejas nacionais*, que, conservando o dógma e o culto, modificárão o regímen de módo a fazer depender do poder temporal as mais

altas dignidades. Ésta nóva constituïção do cléro afirma-se de módo decizivo no concílio de Constança (1414).

Tamanha dissolução fazia medrar nos corações o dezejo de reformar a Igreja. Os paízes onde fora impossível modificar a jerarquia católica em proveito de um dos elementos temporais, aqueles em que a dominação dos papas tornava-se despótica, vião-se na contingência de quebrar toda ligação com a Santa Sé. Ao passo que as almas mais elevadas pelo coração e o espírito só vião diante de si a subversão de todos os princípios morais e de toda a dignidade humana na vontade dos potentados proclamada como a razão suprema da conduta. Impossível lhes éra tambem conceber outra baze de autoridade *moral* fóra da teologia, porque a siência não passava da astronomia. Néstas condições, a elevação dos sentimentos e a retidão intelectual levava-os fatalmente a tentar a regeneração do pontificado.

Ésta observação não póde deixar a mínima dúvida, quando se vê o imortal Leibnitz, luterano, possuído de tudo quanto ezistia em siência no seu tempo, e cujo caráter moral se rezume nésta mássima: —*só devemos cuidar essencialmente em duas coizas: a virtude primeiro, e depois a saúde*—sustentar, na segunda metade do XVII século, a supremacia espiritual do papado.

O XV século fechava-se, portanto, com as ditaduras temporais constituídas já em alguns Estados, e uma fermentação tremenda em todos os espíritos: foi ésta situação que determinou a evolução consecutiva do Ocidente. Nésta época, já não érão os metafizicos que podião concorrer para o restabelecimento do equilíbrio social.

Máquinas de guérra contra o papado, o seu papel estava terminado desde que a ditadura se constituira. Agóra, o que importava éra empreender a construção definitiva do regímen industrial, para o que tão incompetentes érão eles como a antiga autoridade católica. Éssa construção impunha a elaboração da siência, como condição preliminar, e o acendente paralélo dos chéfes industriais e do proletariado.

Óra, a elaboração da siência, confórme o sentiu Fontenelle, supunha duas órdens de trabalhos. Primeiramente, urgia acumular os materiais,—estudar o mundo por partes;—depois, ezaminar os materiais acumulados, e formular com eles o sistema definitivo.

A primeira série de trabalhos subdivide-se por sua vês. Enquanto a siência chegasse até à química, a operação podia realizar-se sem chocar diretamente a *constituïção teológica* da ditadura que se formara no XIV e XV séculos; quando, porem, se abordássem os estudos biológicos, sociais e morais, no ponto de vista pozitivo, a siência tornar-se-ia diretamente incompatível com qualquér vestígio de Deus. Com efeito, a constituïção da biologia supõe o conhecimento da homogeneidade de organização fundamental no hômem, nos animais, e até nos vegetais. ¿O que ficava, pois, sendo a *natureza* divina dos reis? A constituïção da sociologia importava o reconhecimento de leis naturais na história; nada de arbitrário. ¿O que ficava sendo o *direito* divino dos reis? A constituïção da moral pozitiva importava o reconhecimento da pluralidade das funções que constitúem a natureza moral, intelectual e prática do hômem, e a proclamação de uma séde material a éstas funções. ¿O que ficávão sendo então a unidade da alma, a vida futura, as igrejas nacionais, etc.?

Désta distinção se conclúi que os elementos do regímen antigo que constituírão as ditaduras modérnas, podião subzistir até o advento da química; mas daí por diante todo o progrésso tornava-se impossível com a ezistência deles. Ainda mais: todo o progrésso tornava-se incompatível com a ditadura de direito divino e hereditária. Portanto, ou a ditadura tornar-se-ia sociocrática, reconhecendo que o seu poder vinha das necessidades sociais, suprimindo a hereditariedade, e substituindo-a pela escolha segundo o mérito, de que tinha ezemplo na ditadura romana; ou aceitaria a sua incompatibilidade com o progrésso, e procuraria manter o regímen antigo a todo custo, e éra forçozo aniquilá-la sem ezitar, como ele aniquilara sem escrúpulos o papado.

Quanto ao acendente dos chéfes industriais e do proletariado, impunha a supressão gradual dos privilégios, fôssem quais fôssem.

Tal é o programa, que impórta não perder de vista, para julgar da evolução ocidental, a partir do XV século.

O Ocidente compreendia então a Europa, menos a Rússia, a Turquia e a Grécia. Anexávão-se a ele as térras nóvamente descubértas pelos navegantes da península ibérica, e que devião ser colonizadas por Ocidentais nos séculos seguintes.

Dos Estados que o constituião, uns tínhão sido incorporados pelos Romanos — são os póvos chamados latinos; outros só havião penetrado na república ocidental com a civilização católico-feudal—são os póvos denominados germanos e anglo-saxões. Os primeiros tínhão, pois, sofrido toda a longa elaboração social e intelectual da antiguidade; ao passo que os segundos tínhão recebido os rezultados déssa elaboração por

influência da civilização mediéva únicamente. Isto quér dizer que a civilização católico-feudal surgiu em virtude da elevação moral, intelectual e prática dos póvos latinos; e foi éssa civilização que determinou artificialmente a elevação moral, intelectual e prática dos outros elementos ocidentais.

Portanto, o regímen católico-feudal caíndo em dissolução, éra fatal que os póvos latinos procurássem espontâneamente sair dele, respeitando todos os *resultados morais* que já vínhão da antiguidade por uma herança secular, e que o catolicismo *apenas sancionara e aperfeiçoara*. Ao passo que os outros elementos havião de tender, tambem espontâneamente, a voltar *aos costumes* anteriores, tanto quanto lhes permitíssem a situação e o pequeno ezercício social e moral do regímen mediévo. Foi isso o que se verificou.

Ao abrir do XVI século, os elementos do nórte rômpem com a Santa Sé, e o protestantismo surge. ¿Proclama o *livre ezame?* Não; proclama apenas a livre interpretação da Bíblia, considerada como a palavra de Deus. ¿O que havia aí de novo, alem da *formulação em princípio* do que já éra fato consumado em todo o Ocidente desde o XII século? S. Tomás fora mais longe: fizéra da razão humana o juís da ezistência mesma de Deus. Em política, o protestantismo encósta-se à força, como as igrejas nacionais dos Estados nominalmente católicos. Em moral, erige o divórcio em princípio.

¿Em que tínhão, pois, que seguir a similhantes revoltados as nações latinas? Certamente em nada. A Bíblia não é um livro suficientemente edificante, nem a vida dos patriarcas um modelo de virtudes capás de seduzir os nóssos cavalheirózos ultrapassados. O divórcio repugnava, e ha de repugnar sempre a

póvos que produzírão Dante, Petrarca, Camões, etc. Quanto à subordinação do poder espiritual ao poder temporal, já estava realizada neles.

A Itália e a Espanha, as primeiras incorporadas pelos Romanos, rejeitárão o prezente; e os *ditadores*, unindo-se ao sentimento moral das massas, esmagárão o sofisma protestante ao nacer. A França, porem, a última assimilada, e onde a jerarquia feudal estava mais bem organizada, tornou possível a luta entre o protestantismo, que se encostou aos nóbres, e o catolicismo modificado, que sustentava a realeza.

Similhante solução não podia satisfazer às almas grandes. Como acima dissemos, os hômens superiores pelo coração e pela inteligência érão fatalmente levados a constituir um órgão espiritual capás de restaurar a autoridade moral do catolicismo, mantendo ao mesmo tempo o maiór dos rezultados da civilização mediéva — *a separação dos dois poderes, temporal e espiritual*. Tal foi o destino da Companhia de Jezus, fundada pelo imortal Santo Inácio de Loióla. Dependente apenas nominalmente do papa, o chéfe da Companhia só teria o poder que lhe viésse da convicção dos fiéis; e para formar esses fiéis, recorreu-se ao estabelecimento de um ensino ao nível do século. Mas, como a situação éra totalmente incompatível com o teologismo, o jezuitismo, para manter-se, teve de transformar-se em um vasto sistema de hipocrizia intelectual e moral, desde a segunda geração. É isto que os revolucionários não sábem ver, e amaldiçôão cégamente o varão eminente que só errou porque não éra possível acertar.

Salvos os tateamentos violentos de um empirismo inevitável, os ditadores mostrárão-se ao nível da situação até 1688, data da vitória da Igreja an-

glicana, três anos depois da revogação do édito de Nantes.

Até éssa época, a ditadura franceza fora progressista. Incapás de dirigir por si os destinos do país, éla confiara por fim a sórte da França, e portanto a sórte do mundo, a ministros hábeis, como Richelieu, Mazarino e Colbert. Protegera os sábios e os artistas, especialmente o grande Molière, que, espondo à irrizão pública os vícios dos nóbres e do cléro, e corrigindo o charlatanismo dos médicos e pedantes de ambos os séxos, preparava nas massas um apoio eficás à ação progressista da realeza.

A partir, porem, da mórte do grande Colbert, a ditadura real, contente de haver subordinado a si todos os elementos católico-feudais, tentou formar com eles um sistema de esploração das massas em proveito das vélhas classes. A éstas júntão-se os reprezentantes dos nóvos elementos diretores que a dissolução medieva trousséra à tona, e entre os quais cumpre mencionar as Universidades e os Parlamentos onde dominávão os legistas.

Foi então que a siência recebeu em França especial proteção pelo estabelecimento da *Academia Real das Siências*, cujos elementos Colbert reünira em 1666, mas que só em 1699 foi regulamentada e tomou corpo definitivo. A siência, parada ainda na fízica, salvas algumas aquizições preparatórias de órdem superior, não podia fazer recear à realeza e aos nóbres de seu caráter profundamente antagônico ao vélho regímen. Éla se lhes afigurava ou um simples passatempo, ou um elemento indispensável ao progrésso da indústria, como convencer-se-á fácilmente quem ler o regulamento de 1699. Mas isso mesmo é inútil: basta refletir que este regulamento é posterior

à revogação do édito de Nantes, para não conservar a mínima dúvida do caráter então inofensivo dos hômens da *siência especialista*.

Nos outros paízes, as diferenças são mais aparentes do que reais. Com efeito, onde o protestantismo triunfou, a população manteve-se num estado de semi-putrefação revolucionária, limitando-se a simplificar sucessivamente o regímen e o dógma até o simples deísmo revelado. Onde o catolicismo permanecera nominalmente, dominávão os jezuítas, fazendo esfórços titânicos para tudo harmonizar com o catolicismo.

Quanto à cultura científica, concentrava-se em toda a Europa na cabeça de um pequeno número de hômens eminentes. A mais antiga das sociedades científicas, — a *Academia del Cimento* — fora fundada em 1655 pelo cardeal Leopoldo de Médicis. Na Inglatérra, durante o protetorado de Cromwell, alguns sábios se havião reünido livremente em Oxford sob a proteção de Wilkens, clérigo e mais tarde bispo de Chester. Depois da restauração de Carlos II, formárão eles a *Sociedade Real de Londres*, que não recebeu do rei apoio material. Só em 1700, Leibnitz promoveu a fundação da *Academia de Berlim*.

Éstas academias não érão corporações docentes, e constituíão apenas núcleos de hômens consagrados às descubértas científicas. O latim éra a língua uzual entre os sábios; por aí imagine-se o privilégio que não seria a siência nesse tempo.

É, pois, na segunda metade do XVII século que os trabalhos pozitivos gânhão a proteção sistemática do poder temporal em todo o Ocidente. Já então Galileu havia demonstrado o movimento da Térra; e Bacon e Descartes tracado a grandióza róta que devia

conduzir a Humanidade ao regímen normal. E todas éssas grandes revoluções se tínhão efetuado no meio de perseguições ou dezassocegos. São esses antecedentes que não devemos esquecer, e cuja apreciação rezervamos para o próssimo artigo.

VII

Papel dos sábios na evolução ocidental; a grande crize; a situação atual, especialmente brazileira

No artigo anterior acompanhâmos a marcha da evolução moderna desde a constituïção das ditaduras teológicas até o advento das corporações sientíficas privilegiadas. Seguiremos agóra a mesma evolução até os nóssos dias; mas, ezaminando especialmente o papel que néla reprezentárão os hômens de siência, partiremos do momento em que a evolução grega foi retomada pelo Ocidente, no intuito de preencher as lacunas do último artigo.

Aínda mais; para que se ajuíze com ezatidão do sistema reacionário que as ditaduras teológicas poderião opor à regeneração humana, vamos assinalar, antes de tudo, o apoio que lhes podia vir dos sábios. É isto aínda um complemento ao que já dissemos. Porque não basta mostrar a incompatibilidade entre éssas ditaduras e a siência, a partir da biologia; tórna-se tambem necessário patentear o prestígio que cérta casta de hômens sientíficos são capazes de emprestar a todos os governos. É imprecindível que o chéfe do Estado e os nóssos concidadãos não continúem a ser vítimas do *preconceito*, hoje com m, de que a siência é um elemento escluzivo do progrésso

e bem-estar geral. Não; mil vezes não. A siência, —como todas as forças,—póde ser aplicada ao bem e ao mal, indiferentemente; e esse emprego depende dos sentimentos dominantes.

Na época prezente, estazião-se todos diante do telégrafo elétrico, da máquina a vapor, etc., mas esquécem-se dos instrumentos de guérra atual, que serião impossíveis sem a invenção da química, a aplicação da eletricidade e o emprego déssa mesma máquina a vapor. Esquécem-se sobretudo de que só góza dos aperfeiçoamentos industriais uma pequena classe de privilegiados da fortuna. O proletariado, que fórma a quázi totalidade da espécie humana, o construtor de todos os monumentos que atéstão o poder da siência, esse vive sem ter siquér domicílio, que não falta ao selvágem, assim como sem família e sem pão. E quando a mórte paréce anistiá-lo do crime de ter nacido póbre, aínda tem que entregar o cadáver aos anfiteatros, enquanto os *sábios* pregoeiros das dissecções piedózamente sepúltão os réstos que lhes são caros.

Éstas recordações bástão para evidenciar as iniqüidades de que são sucetíveis os hômens armados da siência; e dévem conduzir nos todos ao ezame das condições em que têm eles cooperado realmente para a regeneração humana. É o que passamos a fazer.

Entre os cultores das siências, cumpre distinguir os *especialistas* e os *filózofos*. Os primeiros, confinados na apreciação de qualquér insignificância, na descubérta de um corpo novo, na investigação da fórma de um ente microscópico, etc., só ezígem da sociedade que os alimente e lhes proporcione honras e dignidades. Nenhum deles jamais pergunta a si mesmo

si os labores em que consome o tempo vão concorrer para aliviar os sofrimentos humanos. ¿Que lhes impórta a depravação dos ricos, si os ricos os lizongêião e retribúem? ¿Que lhes impórta a fórma de governo, si para eles o essencial é ter meios de proseguir em suas invenções? A regeneração social ha de vir naturalmente; é por éla que estão trabalhando; o que não é útil hoje poderá sê-lo amanhan; e com estes e outros propózitos fíngem esplicar o seu egoísmo. Mas as prebendas, as pozições, os títulos, as riquezas, tudo enfim que o poder lhes assegura, não é para amanhan, é para hoje. E quando chega amanhan, e revéla-se a nulidade de tantos esfórços, já o sábio não eziste, e a mórte não restitúi o que ele consumiu, nem dá aos que não tivérão o necessário o supérfluo de que ele gozou.

Os filózofos, pelo contrário, preocupados sempre do ponto de vista geral, possúem em cada época os rezultados das siências especiais, têntão com eles estabelecer a uniformidade de crenças e definir os deveres sociais. Chocando os interésses dos vélhos elementos e tambem dos sábios especialistas; ferindo mais ou menos os preconceitos populares, vêem-se de contínuo espóstos às perseguições e ao martírio no prezente. E quando tardia chega a hóra do reconhecimento, já não é tempo de reparar os danos que sofrêrão pelo muito amor que tivérão aos seus similhantes. É a esses filózofos que dévem os hômens os benefícios *sociais* da siência; e ainda mais, são eles que realízão os inventos decizivos, mesmo nas siências particulares. Para evidenciá-lo basta citar a fundação das siências por Thales e Aristóteles; a criação da *geometria geral* por Descartes, e a invenção do *cálculo infinitezimal* por Leibnitz.

Na antiguidade, o incomparável Aristóteles, na idade-média, o grande S. Tomás de Aquino, repre- zêntão as primeiras tentativas de sistematização sientífica.

Feita ésta observação preliminar, entremos no assunto.

A elaboração sientifica da Grécia, continuada pelos Árabes, é retomada pelo Ocidente no XIII sé- culo. Então dezenvólvem-se os elementos matemá- ticos que nenhuma sombra podião fazer aos poderes constituídos. Isto continuou assim até o XVI século, quando Copérnico inventa o verdadeiro sistema do mundo. A mórte livrou-o da tortura; mas, em começo do XVII século, Galileu demonstra o movimento da Térra, e a Igreja obriga-o a pedir que o perdôem por ter tido razão, na fraze de Voltaire. Ao mesmo tempo, Kepler fixa as órbitas planetárias e as leis dos mo- vimentos celéstes nos tres enunciados que consérvão o seu nome.

Então súrgem tambem os filózofos. Bacon *indica o alvo pozitivo* do espírito humano; Descartes formula a plena emancipação da razão, e traça as régras fundamentais do método pozitivo, realizando como aplicação délas o passo decizivo na matemática pela fuzão da álgebra com a geometria. Em 1684, Leibnitz publica o cálculo infinitezimal, e em 1687 vêm à lus os *Princípios* de Newton.

Até éssa época os sábios não têm privilégio; os *especialistas* mantêm-se no ponto de vista social, porque a recente perseguição de Galileu gravara nos espíritos a incompatibilidade entre a teologia e a regeneração humana. Quanto aos filózofos, conser- várão-se fiéis às tradições de seus antecessores, desde o grande Aristóteles.

Portanto, já os passos decizivos estávão dados pelos hômens da siência—especialistas e filózofos—quando as ditaduras teológicas começárão a proteger sistemáticamente os *especialistas*, dando privilégios às corporações teóricas constituídas por eles. Éstas corporações fôrão as academias.

Nélas conclúi-se a elaboração da astronomia, proségue-se na construção da fizica, surgida desde Galileu, e fanda-se a química no XVIII século. Acumúlão-se os materiais, confórme a declaração de Fontenelle; mas sem concorrer dirétamente para a sistematização final, que até lhes paréce indiferente.

Não fáltão, porem, os filózofos. Grupados em torno de Diderot, codificão quanto ha de pozitivo e fórmão a *Enciclopédia*. A eles filião-se os grandes economistas. São eles que trabálhão sistemáticamente para a regeneração humana, sem Deus e sem rei, bazeada na siência e na indústria, na justiça e na liberdade. Diderot, moribundo, proclamara a *incredulidade o primeiro passo para a filozofia*, e em vida estivéra prezo em Vincennes.

Tal foi a *escóla construtora* no XVIII século. Inspirados por éla, surge éssa plêiade de ministros que procúrão realizar a transformação social, e cujo aparecimento na sena política constitúi a demonstração palpável do caráter ocidental da crize revolucionária. Grupados em torno do grande Frederico II, éssas almas de eleição poderião ter poupado ao mundo a anarquia e a retrogradação, si as classes dirigentes houvéssem provado maiór previdência e um pouco menos de egoísmo. São eles que desféchão o gólpe de mórte no catolicismo agonizante, suprimindo a Companhia de Jezus; ao tempo que Frederico II realizava o tipo da modérna ditadura, conciliando a força

com a plena liberdade espiritual, segundo o vóto de Hobbes. É então que súrgem os Pombal, os d'Aranda, os Turgot, etc., esforçando-se todos por adaptar as ditaduras teológicas às necessidades progressistas da situação.

Infelismente, o esforço foi baldado. As classes privilegiadas os quebrárão; mas quebrárão tambem com eles a única ponte que lhes restava. Depois, só devião lembrar-se da triste sentença do poéta:

> Salvação para os vencidos uma: esperárem salvação nenhuma.

Não podendo *vir de cima*, a transformação teve de ser impósta pelas camadas populares. Realiza-se a esplozão redentora no seio da França, e de lá repercute pelo Ocidente.

Mas nesse momento—1789—não havia só a escóla de Diderot; e nem ésta escóla bastava para reorganizar a sociedade, porque aínda não estávão criadas a biologia, a sociologia e a moral pozitiva. Os literatos substituíndo-se aos metafizicos, e os advogados substituíndo-se aos juízes, tínhão continuado o trabalho da dissolução do regímen antigo. Então o cristianismo,—protestante e católico,—é batido até ao âmago por Voltaire e seus discípulos, que respêitão, porem, a ditadura. Por fraqueza própria, ou por fraqueza que atribuíão ao povo, limitárão-se esses demolidores a destruir a *revelação*. Parárão, porem, em um *deísmo* vago, infórme, à mercê de todas as conjeturas, amoldando-se a todos os apetites e covardias intelectuais. Foi déssa propaganda deísta que rezultárão muitos dos obstáculos com que hoje luta o Ocidente.

Realizada éssa destruïção, surgírão nóvos órgãos, que, partindo do deísmo, propagárão o ataque contra

o poder político, tendo por chéfe J. J. Rousseau. O *Contrato Social* divulgou sistemáticamente o dógma revolucionário elaborado por Spinoza e Hobbes. *Olivre ezame* condus à *igualdade*, e a igualdade léva à *soberania do número*. Isto, combinado com a *infalibilidade* da consiência que vem de Deus, condus à infalibilidade do povo, a mais monstruóza das infalibilidades, e à pena de mórte para os ateus!

Enquanto assim os enciclopedistas, os voltairianos e os roussianos trabalhávão sistemáticamente para a regeneração humana, os sábios especialistas proseguíão na taréfa de acumular materiais. Mas a química já estava criada e a ditadura tornara-se radicalmente reacionária; éra, pois, chegado o momento de eliminá-la por meios violentos. Não havia outros. A massa progressista da França, capitaneada por Paris, subléva-se; esmaga a realeza; suprime os privilégios; e proclama a república.

Não havia uma crença comum, e os republicanos estávão em minoria no país, segundo a declaração do grande Danton em conselho de ministros. Ao mesmo tempo, os reis coligados atacávão a república e ameaçávão rezervar-lhe a sórte da Polônia. O governo, portanto, não podia deixar de ser *ditatorial:* a aplicação da soberania popular teria dado ganho de cauza aos realistas e aniquilado a França. Danton propõe e obtem que se adie a constituïção e cria o governo e o tribunal revolucionário, isto é, constitúi a ditadura republicana. Todas as corporações sientíficas e metafízicas são suprimidas, incluzive a Academia das Siências.

Mas a Convenção, como a Assembléia legislativa e a Constituínte, deixa-se seduzir pela idéia de um ensino nacional, e trata de organizá-lo. Aínda mais:

ataca a comuna, que ouzara suprimir o culto católico e inaugurar o *culto da Razão*. Foi esse o seu grande erro.

Nessa época, o progrésso ezigia que se constituísse a ditadura republicana para salvar a França e manter a *órdem;* mas cumpria tambem assegurar a plena liberdade de pensamento. Não tivésse o Estado nem teologia, nem metafízica, nem siência; e, quando a doutrina regeneradora surgisse, havia de impor-se naturalmente. Porque esse é o caráter das concepções sientíficas.

Infelismente, este programa não pode ser realizado. Só os dantonistas estávão nos cazos de compreendê-lo, porque filiávão-se à escóla filozófica de Diderot, e, portanto, érão os únicos em condições de apreciar o verdadeiro caráter da revolução ocidental.

Os girondinos érão voltairianos e formávão um partido de retóricos, com raras eceções. Os robespierristas érão sectários de Rousseau; acreditávão em Deus, na imortalidade da alma e na pena de mórte para os ateus. Desgraçadamente fôrão estes que ficárão senhores da situação. Decrétão a sua *fé monoteísta* e mátão em nome da virtude. Começa a retrogradação; porque a vólta de Deus e da imortalidade da alma,—os dógmas fundamentais do vélho regímen,—importava a vólta desse regímen.

As necessidades do momento ezígem então que a ditadura tórne-se militar; e éssa ditadura cai nas mãos de um bandido—o general Bonaparte—em vês de ser confiada a um soldado-cidadão, como Hoche, por ezemplo. Em bréve o ditador sonha com a restauração da realeza de direito divino e assina a *concordata* com o papa. Cria, portanto, uma nóva Igreja

nacional. Depois fás-se proclamar imperador e sagrar. E, como não ha *Estado político fixo sem uma corporação docente com princípios fixos*, inventa a Universidade de França.

Os sábios especialistas, sobretudo das siências inferiores, ligão-se a ele para esplorar em comum a França e o mundo. Désta época é que data a tentativa de harmonizar o gênesis e a siência. Bichat funda a biologia e não é membro do Instituto. Gall demonstra a pluralidade das funções que fórmão a alma; evidencia que o cérebro é o conjunto de órgãos correspondentes a éstas funções; vem a Paris realizar os cursos que já havia feito em outros lugares; e é aplaudido por Cuvier. Aprezenta, porem, a sua memória ao Instituto, e o mesmo Cuvier, a um aceno de Bonaparte, firma o mais cínico parecer que jamais hômem de siência assinou. A *Inquizição* condenou Galileu, que libertou a Térra do jugo teológico; o *Instituto* condenou Gall, que libertou o hômem desse mesmo jugo.

Broussais, o fundador da patologia pozitiva, o descubridor da identidade fundamental entre a moléstia e a saúde, surge fóra do mundo oficial e é perseguido pelos sábios.

A difuzão da siência oficial, unida ao patronato do governo, produs o acendente das *mediocridades persistentes*. Coméção a aparecer os *compêndios*, que dispênsão éssas mediocridades da leitura dos méstres. Fórmão-se assim uma e mais gerações que decídem entre Newton e Leibnitz, apregôão Bacon, maldízem Descartes e riem-se de Gall, sem nunca os ter lido. Mêntem e caluníão por ignorância e ma fé. E enquanto os sábios sérvem de instrumento ao despotismo, o cléro concordatário embrutéce as massas.

Por fim, os reis prêndem Napoleão em Santa Helena. Mas a atitude dos sábios não muda. Seja a Restauração, Luís Felipe, Napoleão III ou a República, para os sábios especialistas é o mesmo. Eles estão sempre com o poder: ocúpão os lugares do parlamento, ênchem-se de honras e dignidades, cûidão de si, e os interésses vitais da sociedade ficão esquecidos.

Os jornalistas invádem então a sena e recoméção a propagação das idéias revolucionárias do XVIII século. Mas, como não têm preparação sientifica, não pódem elevar-se até à escola dos enciclopedistas; apégão-se a Voltaire e Rousseau, ou formúlão teorias socialistas metafizicas, que o proletariado aceita com avidês. Chêgão até a idealizar a tirania de Napoleão I e prepárão o advento do sobrinho. A França agita-se no meio das revoluções que os *gozadores* afógão em sangue a pretesto da *órdem;* e a ignorância que sabe ler, na fraze de um jezuíta, afirma categóricamente a inconstância do povo francês.

Enquanto tudo isto se passa na França, ¿o que fázem os sábios oficiais nos outros paízes,—os inglezes e alemans, tão decantados pelos nóssos pedantocratas? —Esses hômens do livre ezame formúlão o princípio da luta pela ezistência, proclâmão a esploração dos fracos pelos fórtes, propágão o acendente fatal de uma raça privilegiada, prégão o maltismo, e mantêm-se nas altas pozições, enquanto o povo mórre nas revóltas para salvar a honra e os interésses da Humanidade.

Tal é o quadro em todo o Ocidente: quem for capás que mencione um país, monarquia ou república, neste século que châmão de luzes e a posteridade ha de chamar de sangue, em que os sábios mantidos

pelos governos não estêjão unidos a eles na esploração das massas.

Mas, enquanto os pedantocratas profanávão a siência, um filózofo obscuro continuava a óbra de Diderot, e realizava sózinho a segunda órdem de trabalhos que Fontenelle pressentira, confórme dissemos. Depois de uma longa iniciação sientifica, que abrangeu a matemática, a astronomia, a fizica, a química e a biologia, ele inventa a sociologia e funda a moral pozitiva. Perseguido dos sábios, ignorado do público, o mártir, que não teve nem terá igual, caminha impávido através dos destróços que lhe obstrúem a acensão definitiva. Em 1830, quando os utopistas debátem-se no poder, ele funda a *Instituïção Politécnica* para ensinar siência ao povo. Vem Napoleão III, e ele proségue na sua óbra: dezoito anos profêssa astronomia ao proletariado, e dá-lhe na siência a baze da liberdade e da república. Póbre e dezamparado dos sábios, é o único que reclama a liberdade espiritual, a supressão dos privilégios orçamentários concedidos às teologias, aos metafizicos e aos especialistas da siência. É ele que vem patentear a traïção dos sábios, que havíão dezertado das tradições dos enciclopedistas. Éra natural que os interessados o perseguissem e caluniássem.

Tal foi Augusto Comte. As perseguições e calúnias que sofreu, nada têm de surprendentes. Perseguido foi Galileu; caluniado foi Descartes, a quem os sábios especialistas, e sobretudo inglezes, ouzárão contestar as descubértas matemáticas; caluniado foi Leibnitz, sem que Newton jamais acudisse ao seu generozo apelo; perseguidos, finalmente, fôrão Diderot, que ele continuou, Gall, cujo mérito ele patenteou, e Broussais, que fora um dos ouvintes de seu primeiro curso. ¿E que vale toda éssa grita de mediocridades interessadas, quando se teve por ouvintes Alexandre de Humboldt, Blainville, Poinsot, Fourier, Navier, Broussais, etc.? Quando o grande Carnot o anima do ezílio em que se acha? Consiente de sua força, Augusto Comte não dezanima um instante, e reúne em torno de si um grupo de dicípulos que continúão a propaganda de sua óbra sob a direção de P. Laffitte. Durante 23 anos trabalhão eles na obscuridade. Mas então, ao comemorar-se o quinquagézimo aniversário da *Instituïção Politécnica*, Gambetta reconhéce a fórmula fundamental da política pozitiva —*o progrésso é o dezenvolvimento da órdem*. Ainda mais: proclama Augusto Comte o primeiro pensador do século néssa mesma Sorbonne, que é o baluarte da pedantocracia franceza.

Enquanto isto se operava no Ocidente europeu, vejamos o que se passava entre nós.

As ditaduras peninsulares havíão conseguido manter o catolicismo nos seus domínios. No XVIII século, porem, como vimos, éra chegado o momento de transformar a ditadura sociocrática. O maiór obstáculo para isso, nos póvos latinos, érão os jezuítas, derradeiros reprezentantes do antigo poder espiritual. O grande Marquês de Pombal realizou esse passo decizivo. Éra tambem necessário acabar com os privilégios e abater a nobreza; o ministro fês o que pode. Violentamente, porque não havia outros meios; cruelmente talvés, porque, dáda a violência, raramente é possível graduá-la.

Éstas supressões destruião apenas; cumpria, pois, reconstruir sobre as ruínas. Óra, a reconstrução supunha a difuzão da siência e dos meios de adquiri-la. Aínda aí Pombal esteve na altura da situação.

Neste ponto devemos fazer uma observação que é peculiar à nóssa raça. No résto do Ocidente a cultura sientífica fora mais ou menos possível, de sórte que os ditadores devião limitar-se a suprimir todas as corporações teóricas, seguros de haver um grupo de hômens já aptos para levar por diante *a criação e a propagação da siência*. Bastava que os ditadores mantivéssem o ensino primário. Entre nós, porem, isto não se dava. Antes de tudo, cumpria formar artificialmente um corpo de hômens conhecendo a siência. E só depois de realizada ésta operação, os ditadores peninsulares devião adotar o programa de compléta liberdade espiritual, não subvencionando doutrina alguma.

Aínda mais: como o culto católico éra unânimemente aceito pelas populações, e, por outro lado, o cléro estava complétamente subordinado ao poder civil, a ditadura devia continuar a sustentá-lo, até que a propagação sientífica tivésse emancipado as massas. Mas, para reduzi-lo a seu papel espiritual, cumpria garantir a liberdade aos outros cultos e promulgar instituïções civis para a Família.

Tal é o programa que se vai realizando empíricamente no meio das perturbações, algumas inevitáveis, outras devidas à não compreensão das necessidades políticas pelos diretores. Assim, depois da mórte de D. Jozé I, houve a reação, que aliás não pode anular a grande óbra do ministro português. A ditadura de D. Maria I, sobretudo no governo do príncipe regente, depois de D. João VI, consente definitivamente no progrésso. Ábrem-se os pórtos do Brazil; eléva-se a colônia à categoria de reino unido; fúndão-se escólas, etc. Tudo isto antes de 1820.

Depois de 1820 tórna-se imprecindível a independência. Um príncipe ajuda a realizá-la, e um sábio — Jozé Bonifácio — a dirige. Portanto, a ditadura monárquica préstа-se aínda a ser progressista. O único erro político realmente grave foi a não supressão da hereditariedade. A liberdade de cultos e de pensamento é mantida; e quanto às instituïções civis da Fámília, não érão imprecindíveis numa época em que todos querião o culto católico.

Importava assegurar a integridade do império para garantir uma marcha comum à evolução da América Portugueza; importava tambem dar certas liberdades locais que preparássem as futuras repúblicas em que o Brazil ha de dissolver-se. Daí as lutas intestinas do primeiro império e princípios do segundo. Estabelecido o equilíbrio, os antecedentes coloniais arrástão-nos infelismente a uma guérra estérna, onde se afirma a convergência de todos os elementos brazileiros.

Concluída ésta, a atenção vólta-se para o problema social e político. Não é possível que continúi escrava a raça que concorreu para a integridade da América Portugueza contra os Holandezes, e que acabava de batalhar pela integridade do Brazil. Mas a ambição dos senhores e a inferioridade da ditadura não permítem uma refórma na altura da situação; e o problema fica *posto*, mas não rezolvido.

Por outro lado, a ditadura monárquica se tinha tornado cada vês mais retrógrada. Violenta em ecésso a princípio, éla substituíra depois a violência pela corrupção e sistematizara ésta como meio de governo. Depois da guérra tentara galvanizar o militarismo. Os hômens vélhos começárão a descrer das instituïções; muitos abandonárão os antigos partidos e confessárão-se republicanos; a mocidade os seguiu.

Mas foi com a república democrática, a república de Rousseau, que eles sonhárão, até que um punhado de moços inaugurou a propaganda da regeneração pela siência, isto é, o Pozitivismo. É esse grupo que tenta introduzir entre nós a escóla de Diderot, mas já concluída por Augusto Comte.

Em toda ésta evolução ¿o que têm feito as academias, surgidas desde D. João VI? *Concorrêrão para levar o conhecimento das siências inferiores a alguns espíritos, só e só.* Mas estes, si *quizérão saber*, tivérão depois de estudar por si as óbras dos méstres, cujos nomes apenas conhecião na maioria dos cazos. Foi desses espíritos que sairão os propagandistas do caráter social e moral da siência. Até então, só se acreditava que a siência servia para construir estradas de férro, estabelecer fábricas, para a *indústria*, em suma. Fôrão esses moços que viérão proclamar que a siência tambem servia para dirigir a *sociedade* e o *hômem*.

Mas neste ínterim, as corporações privilegiadas cuidávão em aumento de vencimentos e privilégios, e os seus membros acumulávão empregos, de sórte que raro é hoje o que é sómente professor e não possúi rendimentos fabulózos. Ha uma comparação deciziva: *cincoenta* trabalhadores de cérta repartição pública consômem 2:400$000 mensais, isto é, o ordenado de *seis* professores apenas! O dilema é fatal: ou os primeiros não têm o *necessário*, ou os segundos consômem o *supérfluo*. Pois aínda assim, estes não se contêntão, e acumúlão empregos, honras de dezembargador, títulos de conselho, etc.

Demais, poucos fôrão os propagandistas da regeneração pela siência. Grande número dos que tínhão cursado as nóssas academias com *distinção*,

e mesmo sem *éla*, e quantos tínhão protetores, ambicionárão lógo substituir os bancos escolares pelas cátedras do magistério oficial. Ésta tendência foi agravada pelas viágens e a contemplação das pedantocracias européias. Não havia lugar para todos, mas a siência fragmentada vai ao infinito; fás-se de cada fragmento uma siência nóva. Depois insufla-se a vaidade dos governos e dos parlamentos, compóstos em geral de legistas que da siência só sábem o nome; insufla-se a vaidade dos ricos e titulares, que tambem a desconhécem na quázi totalidade; insufla-se, finalmente, a vaidade patriótica do povo, cuja maioria nem siquér sabe ler, e alcânção-se refórmas para as academias, e por fim delira-se uma Universidade.

REZUMO E CONCLUZÃO

Dirijo-me aos que recebêrão algum talento político, e não a esses hômens estúpidos, que só sábem escutar as suas paixões.

DANTON.

É tempo de concluir. Antes, porem, rezumamos a longa espozição que foi objéto dos artigos anteriores.

Colocando-nos desde o começo no ponto de vista do interésse geral, estabelecemos o problema da refórma do ensino em seus verdadeiros termos. Mostrâmos que tratava-se de regenerar a nóssa situação social, cujas imperfeições agrávão-se pelo estado prezente do ensino público, e não de aprezentarmo-nos ao mundo disfarçando os nóssos andrajos com os ouropéis de uma falsa grandeza.

Fizemos então ver que o milhoramento da situação brazileira rezumia-se em aprossimar-nos, tanto quanto possível, de uma organização política satisfazendo a estes três requizitos:

1.° Redução ao mínimo dos parazitas de todos os matizes;

2.° Redução ao mínimo dos *hômens úteis* mantidos pelo proletariado, e preenchimento das respetivas funções com a mássima plenitude;

3.° Libertação geral do proletariado, moralizando-o e instruíndo-o; proporcionando-lhe o domicílio,

a família, e tempo para a cultura do sentimento e da inteligência.

Depois analizâmos os limites dentro dos quais póde atuar o governo sobre o nósso ensino público, abstraíndo das ficções legais e atendo nos à realidade tal qual é.

Isto posto, consagrâmos o terceiro artigo ao ezame do destino político do ensino, demonstrando que ele tem por objéto fornecer aos cidadãos a *baze intelectual dos deveres;* e discutimos as condições imprecindíveis ao preenchimento desse destino. Evidenciâmos então que o dever sendo o concurso de cada um para bem de todos, o conhecimento do módo pelo qual este concurso tem de ser prestado ezige uma doutrina integral, isto é, uma doutrina abrangendo o mundo, a sociedade e o hômem.

Mas, ao mesmo tempo, *como o Brazil é uma nação que ambiciona ser livre*, cumpre que éssa doutrina seja de natureza tal que se imponha e mantenha sem violência alguma por parte do governo.

Portanto, déve ser uma doutrina que não esteja em dezacordo com os fatos pozitivos e que corresponda aos interésses sociais.

Os hômens encarregados do ensino, tendo que falar à inteligência e ao sentimento de módo a convencer e persuadir os cidadãos dos deveres respetivos, não dévem ter meios de *mandar*, e sim ficar escluzivamente reduzidos ao prestígio moral que lhes viér do *saber* e da *virtude*, unânimemente reconhecidos. Cumpre, portanto, que o governo não lhes dê privilégios, nem riquezas, nem poder algum material; e que sêjão complétamente independentes do poder civil, para que as suas teorias não póssão ser suspeitadas de interésse ou servilismo.

Quanto à distribuïção do ensino, *em um país livre*, não póde ser privilégio de ninguem; nem o fato de ter aprendido com este ou aquele professor ser orígem de favores especiais. O governo não tem que ver nem como, nem onde se aprendeu; nas nomeações para as funções públicas, recorra ao concurso e aos trabalhos já efetuados pelos candidatos, afim de decidir confórme o mérito e os interésses do Estado. Provâmos demais que o ensino devia ser público, gratuito, e não obrigatório.

Insistimos sobretudo na necessidade de bazear toda a educação na Família, fonte perpétua da primeira e mais arraigada instrução. Daí concluímos o dever, para o Estado, de colocar a Família em condições de satisfazer a esse destino do milhór módo possível; e demonstrâmos que éstas condições érão:

1.° A sanção civil para a monogamia sem divórcio;

2.° O estabelecimento do salário de módo a izentar de trabalho esterior a mulhér, os anciãos, e os filhos menóres de 14 anos;

3.° Instrução integral comum a ambos os séxos.

Foi sobre tais bazes que apoiâmos o sistema de refórmas necessárias à reorganização do ensino público entre nós. Fizemos ver que o governo do Brazil éra a *ditadura*, e nem podia deixar de sê-lo hoje, qualquér que fosse a legislação, porque não ha comunidade de crenças entre os cidadãos. Que ésta lacuna impunha ao ditador um empirismo esclarecido pelos rezultados sientíficos, contra os quais ninguem protésta. E que esse empirismo condus a suprimir todas as instituïções que sérvem de obstáculo à regeneração humana, e a manter enérgicamente o *statu quo* em tudo mais.

E como a regeneração humana supõe um regímen de *liberdade* e *justiça*, bazeado em uma *crença comum*, reclamâmos:

1.° Em nome da *liberdade*, as instituïções civis de cazamento e nacimento, e a secularização dos cemitérios.

2.° Em nome da *justiça*, a elevação do salário dos proletários que estão ao serviço do Estado, e uma lei de emancipação que assegure a incorporação dos trabalhadores escravos na nóssa sociedade.

3.° Em nome das *condições imprecindíveis ao advento de uma crença comum*, a não subvenção, por parte do governo, de doutrina alguma que não for unânimemente aceita.

Óra, não havendo doutrina alguma integral néstas condições, tórna-se impossível ao Estado sustentar um ensino capás de aprezentar a demonstração dos deveres sociais, isto é, capás de satisfazer ao destino político do ensino público. Desde então, o ponto de vista do estadista déve consistir em considerar as *leis* que se reférem aos atos civis como *deveres* que não carécem de demonstração; e fornecer sómente o ensino que for necessário ao cidadão para pô-lo em estado de conhecer éssas *leis*. A este ensino fundamental cumpre juntar o que já for unânimemente reconhecido útil; mas com a condição de ser distribuído por todos, gratuita e facultativamente.

A falta do ensino integral tórna imprecindível o ensino profissional; e então espuzemos as refórmas a efetuar para adaptar o nósso ensino superior a esse *destino prático*.

Demonstrâmos que tudo mais déve ser suprimido. E verificâmos, finalmente, que éstas refórmas cabíão dentro dos limites da ação real do governo

entre nós, e assegurávão a marcha do Brazil para o regímen do bem-estar geral traçado em nósso primeiro artigo.

Não contente com havermos assim indicado o que urge fazer atualmente com o fim de regenerar a nóssa situação intelectual, consagrâmos os artigos posteriores à apreciação da evolução ocidental, a partir do regímen medievo. Mostrâmos como fôrão surgindo as corporações teóricas privilegiadas; ezaminâmos o papel dos sábios, especialistas e filózofos, e bem assim o das corporações de *especialistas* protegidas pelos governos. Patenteâmos a indiferença desses especialistas pela regeneração humana; e firmâmos o fato de sêrem os *grandes inventos sientíficos devidos aos filózofos*. Mostrâmos a biologia, a sociologia e a moral pozitiva surgindo fóra do mundo oficial, e até perseguidas pelos especialistas e os governos.

Ocupando-nos, enfim, com o Brazil, revelâmos a inércia social e moral de nóssas corporações teóricas privilegiadas; e ezaminâmos a evolução que conduziu os nóssos acadêmicos a fantaziar a sistematização da pedantocracia entre nós, e criar a Universidade.

Tais são, em rezumo, as considerações que aprezentamos ao chéfe do Estado e aos nóssos concidadãos. Délas conclúi-se que o projéto de sistematização do ensino pelo governo, universitário ou não universitário, déve ser condenado:

1.° Como estabelecendo *privilégios* e atacando a *liberdade*, contráriamente à marcha evolutiva do Ocidente, que tende a destruir todos os privilégios e conquistar a liberdade; isto é, como *retrógrado;*

2.° Como concorrendo para manter artificialmente *teorias* que, ou já caírão no conceito da opinião

pública, ou ainda não fôrão unanimemente aceitas, e, portanto, não passárão pela próva social das concepções definitivas. Isto é, como favorecendo a perzistência do dezequilíbrio social, que rezultou da decompozição do dógma católico, e, portanto, sendo *anárquico;*

3.° Como contrário às indicações do empirismo político esclarecido pelos rezultados sientíficos, já incontestados, que condus às reformas por nós aprezentadas;

4.° Como contrário aos ensinamentos da história, que patentêião o aniquilamento das concepções teológicas; a insignificância moral e social dos sábios especialistas, nacionais e estrangeiros; o papel passageiro, provizório, secundário, e por fim retrógrado, das corporações teóricas privilegiadas, *em todos os paízes.*

Paréce-nos que, à vista de similhante demonstração, nenhum espírito sensato poderá agóra iludir-se sobre o caráter do projéto universitário. Mas o governo tem as chaves do tezouro, tem afilhados a doar com os dinheiros públicos, e, fóra da afilhadágem, eziste a turba-multa dos pretendentes às sinecuras que dão pingues rendimentos e honras.

É quanto basta para levantar-se um vasto edifício; decretar cadeiras; abrir concursos; e nomear professores. O parlamento, que não tem força para opor-se à vontade do governo, sancionará o que ele quizér, e limitar-se-á a disputar a pósse dos lugares que vão ser criados para os protegidos dos reprezentantes da nação.

Só um hômem atualmente póde impedir que se consuma o monstruozo atentado aos brios e aos interésses do país. Esse hômem é o chéfe do Estado.

A ele, pois, será especialmente dirigido o nósso último esforço.

Não desconhecemos as dificuldades que se levântão entre nós e Sua Magestade, tornando quázi impossível que sejamos atendidos; mas somos obrigados a cumprir o nósso dever até o fim, e vamos discutir éssas dificuldades.

O primeiro obstáculo é a diferença de idade. Sua Magestade percórre já a faze da *madureza*, e póde atribuir à imprudência dos anos o entuziasmo de um grupo de moços que reclâmão, em nome da siência e do interésse pátrio, a não ezecução de projétos que merécem o apláuzo dos sábios oficiais. * Similhantes escrúpulos, porem, pódem ser removidos, si o chéfe do Estado quizér dar-se ao trabalho de ler o *Apelo aos Conservadores*, óbra escrita por Augusto Comte, especialmente para os hômens políticos. Desde então, não será a nós, será a Augusto Comte que Sua Magestade ouvirá.

Óra, os nóssos sábios não pódem entrar em paralélo com um hômem cujas óbras poucos deles estão nos cazos de ler. Perdoe-nos Sua Magestade; mas urge que a verdade seja dita inteira, apezar de tudo e de todos. Basta de mistificações.

Augusto Comte escreveu 15 volumes, a saber: *Sistema de Filozofia Pozitiva* (6 vols.); *Sistema de Política Pozitiva* (4 vols.); *Sínteze Subjetiva* (1 vol.); *Astronomia Popular* (1 vol.); *Geometria Analítica* (1 vol.); *Apelo aos Conservadores* (1 vol.); *Catecismo Pozitivista* (1 vol.).

* Lembramos mais a Sua Magestade este trecho de d'Alembert: «Tambem os moços, ordináriamente considerados maus juízes, são talvês os *milhôres* nas matérias filozóficas e em outras muitas, quando não são destituídos de luzes; porque, tudo lhes sendo igualmente novo, *não têm eles outro interésse* que não o de escolher o bem.» (*Discurso sobre a Enciclopédia*.)

O *Catecismo Pozitivista* é a espozição da doutrina *sem demonstração* e só póde converter a quem já aceitar os *rezultados morais* dos nóssos antecedentes históricos. É por isso que se dirige especialmente à mulhér, e aos hômens livres pensadores, mas de coração delicado.

O *Apelo aos Conservadores* dirige-se especialmente aos políticos, e tambem não aprezenta a demonstração compléta do sistema. Sérve para quem, como Sua Magestade, déve estar no ponto de vista das necessidades de manter a *órdem* e assegurar o *progrésso*.

Os nóssos sábios, portanto, a quem falta a preocupação social, e não conhécem princípios morais —a não ser os da Igreja, em que já não crêem quázi todos;—os nóssos sábios, dizemos, não pódem julgar do Pozitivismo por éssas duas óbras. Estão condenados a ler as outras, ou a não merecer crédito no que ândão a afirmar por aí a respeito de Augusto Comte, com uma ouzadia que só demonstra a escandalóza confiança deles na ignorância dos seus contemporâneos, como dis o Dr. Robinet.

Óra, ¿quem são os nóssos sábios oficiais? Médicos, legistas e politécnicos. Dos médicos, ¿quantos conhéce Sua Magestade que tênhão dado siquér as prôvas, em uzo na sociedade em que vivemos, de *estar nos cazos de ler* as óbras de Augusto Comte, a não ser o *Catecismo* e o *Apelo aos Conservadores*? Sim, porque a *Filozofia Pozitiva* consta de matemática, astronomia, fizica, química, biologia, sociologia, e moral implícitamente; a *Política* jóga com éssas mesmas concepções e formula a moral; e a *Sínteze* é o tratado normal de matemática, abrangendo mais do que ezígem os programas da Escóla Politécnica.

Nem objétem que lêrão de fizica em diante, porque a fizica jóga com conhecimentos matemáticos os mais trancendentes, e as outras siências estão tratadas com uma elevação tal, que só pódem ser compreendidas pelas inteligências já dezenvolvidas pelos fórtes estudos anteriores.

Dos politécnicos, ¿quantos conhéce Sua Magestade que não estêjão nos mesmos cazos, por motivos invérsos?

E dos legistas, ¿quantos conhéce Sua Magestade que sêjão capazes de similhante leitura?

Objetarão que os sábios europeus fálão com desprezo do pensador francês; mas é um círculo viciozo. Porque estes sábios, sendo especialistas, sendo mantidos pelos governos, não tendo preocupação alguma dó ponto de vista social e moral, vivendo no mais sórdido egoísmo, em suma, têm todo interésse em condenar um filózofo que veio desmascará-los perante a opinião pública. Esses sábios são *parte* no procésso, não pódem ser *juízes*.

Portanto, não merécem fé as suas acuzações, e todo espírito réto e todo coração bem nacido déve estudar por si os livros do grande mártir, que foi vítima das intrigas acadêmicas. Esse estudo não póde oferecer dificuldades a quem soubér matemática, astronomia, fizica, química e biologia. Lógo, si os sábios de Sua Magestade não lêrão ou não pódem ler éstas óbras, a idade deles, e as pozições que Sua Magestade lhes deu, de nada válem, no cazo atual, porque não compênsão a ignorância e a incompetência.

Mas, quando mesmo afirmárem que lêrão, não pódem merecer confiança. Porque é do *interésse* deles contestar o valor de Augusto Comte. Com efeito,

Sua Magestade, milhór do que ninguem, conhéce os sábios oficiais. Sabe que eles ambiciônão pingues vencimentos e acúmulo de empregos, procúrão honras, quérem pozições è títulos, e vívem a importuná-lo com pedidos. Óra, Augusto Comte condena tudo isto. O sábio, segundo ele, é o conselheiro natural do público e do governo; déve ser independente dos poderes, modésto na vida, não ter riquezas, não herdar, não possuir cargos politicos, não déve *mandar*, em suma. Déve tambem ser o defensor dos fracos, o modelo de todas as virtudes privadas e públicas, e não realizar trabalho algum cuja utilidade e oportunidade social e moral não póssa demonstrar, e não demonstre efetivamente.

Aínda mais: não póde lizongear os potentados, nem as massas; e Sua Magestade bem sabe que é justamente o contrário do que fázem os pedantocratas nacionais e estrangeiros. Todos eles lévão a repetir que Sua Magestade é sábio, quando não eziste até hoje uma única invenção, uma única descubérta, uma lei sientífica, por mais insignificante que seja, um documento qualquér, que traga o augusto nome de S. M. Imperial e atéste os seus conhecimentos sientíficos. Óra, não é crível que Sua Magestade tenha o egoísmo de guardar para si e para os seus sábios os trabalhos que tivér realizado; portanto, é forçozo confessar que os pregoeiros da siência do chéfe do Estado só têm por fim lizongear o amor-proprio do soberano que lhes dá pozições rendózas e títulos honoríficos, ou que eles repútão tais.

É claro, portanto, que esses hômens não merécem fé. Leia, pois, Sua Magestade o *Apelo aos Conservadores*, e decida por si, já que desconfia de nóssa pouca idade. Não recomendamos a leitura das outras

óbras, porque não temos elementos para julgar si o chéfe do Estado poderia seguir similhante recomendação sem estudos preliminares; estudos para os quais os cuidados políticos não lhe pódem deixar tempo suficiente. Demais, o *Apelo aos Conservadores* é bastante para qualquér estadista julgar do valor do filózofo francês; porque é na *prática* que se reconhéce a realidade das concepções sientificas, e a *política* é a arte prática de dirigir as sociedades.

Outra dificuldade provem de Sua Magestade acreditar em Deus, e os pozitivistas julgárem que similhante hipóteze já prestou os serviços que tinha de prestar, e portanto déve ser eliminada. Sua Magestade, pelo contrário, supõe talvês que sem Deus não ha moralidade possível, e desconfia de uma doutrina que prégа moral humana. A nóssa respósta é simples: contra fatos não ha argumentos. Considére Sua Magestade a turba-multa que o cérca e qué toda crê em Deus; e compare a vida que léva com a vida de tantos outros que Sua Magestade conhéce e que são ateus.

A verdade é que, entre os desmoralizados, como entre os hômens honéstos, ha crentes em Deus e ateus; o que basta para evidenciar que a idéia de Deus não influi para o rezultado. Os pozitivistas rezúmem a moral em mássimas como éstas: *viver para ôutrem; viver às claras; dedicação dos fórtes aos fracos, e veneração dos fracos para com os fórtes; agir por afeição, e pensar para agir; a monogamia déve ser completada pela viúvês etérna*, etc. ¿Conhéce Sua Magestade moral mais elevada? Pois os pozitivistas demônstrão tudo isso sem invocar a Deus; únicamente bazeados na organização do hômem e dos animais superiores por um lado, e por outro lado na

constituïção cosmológica do meio em que vivemos. Tal e qual como se demonstra que três e dois são cinco. Sua Magestade déve, pois, tranqüilizar-se quanto a este ponto.

Aínda outra dificuldade. O chéfe do Estado tem visto que muitos dos nóssos políticos coméção a vida pugnando pela regeneração pátria, e no fim de algum tempo tudo esquécem para galgar pozições. É, portanto, natural que tambem desconfie de nós. Mas é fácil dissipar as suspeitas. Com efeito, os políticos a que nos referimos fôrão todos *democratas;* na opinião deles, a refórma social podia e devia operar-se apossando-se os *reformadores* dos altos cargos e decretando-a. Coméção, pois, batalhando para conquistar as pozições oficiais; e néssa luta dezenvólvem inconsientemente a *ambição*, porque o ezercício dezenvólve as funções cerebrais como outras quaisquér. Daí rezulta que, quando dão por si, já o dezejo de subir é neles uma paixão irrezistível, à qual tudo sacrificão.

Com os pozitivistas já não se dá o mesmo. O nósso princípio é que toda refórma social ha de ser rezultado de uma modificação nas opiniões e de uma regeneração conseqüente nos costumes. Tudo isto fás-se lentamente. Por isso sustentamos a necessidade de aproveitar as fórças ezistentes e não perturbar a sociedade com mudanças de pessoal, cujas vantágens são mais que problemáticas; ezigimos apenas não opônhão obstáculos à *liberdade de pensamento* e suprimão os privilégios, duas medidas, bazes da regeneração humana.

Em vês, portanto, de ambicionarmos galgar o poder, o nósso esforço dirige-se todo para a propaganda da nóssa doutrina, e para a transformação dos funcionários atuais, segundo as ezigências da situação.

Por isso tambem sincéramente respeitamos a autoridade do chéfe do Estado, seja ele quem for, procurando convencê-lo, mas sem pedir-lhe coiza alguma para nós em particular. Só reclamamos leis de utilidade geral.

No *Apelo aos Conservadores*, a que já nos referimos, encontra Sua Magestade o seguinte trecho, que é decizivo:

« Durante o período inaugural, que julgo dever durar meia geração, *todos os verdadeiros crentes, práticos e teóricos*, limitar-se-ão à *influência consultiva*, mesmo quando o comando lhes for oferecido. A fé pozitiva não póde obter, com utilidade, acendente político sinão depois que o seu dezenvolvimento houvér modificado bastante a opinião pública, por um lado, e por outro lado regenerado suficientemente os estadistas. Até que éssas duas condições se preênchão, os pozitivistas dévem ùnicamente esclarecer os conservadores; só estes pódem instalar a tranzição orgânica, como só aqueles são capazes de concluí-la. » (Página 109.)

Convem notàr que *conservador* para Augusto Comte dezigna o partido que quér manter a *órdem* e respeitar as condições do *progrésso:* é um partido republicano, por conseguinte; porque a órdem e o progrésso não são hoje possíveis com qualquér vestígio teológico em política. (Vide o prefácio do *Apelo aos Conservadores*.

Assim, pois, enquanto a doutrina democrática tende a dezenvolver a ambição, o Pozitivismo assegura o dezenvolvimento da veneração e da fraternidade, respeitando as autoridades constituídas, em nome do interésse social, e lutando pelo bem comum, isto é, pela república sociocrática.

A nóssa intervenção na marcha dos negócios públicos oferéce, pois, todas as garantias que a prudência humana déve ezigir de quem *aconselha sem pretender mandar*. Póde acontecer, sem dúvida, que falsos pozitivistas renéguem os deveres que aceitárão; mas isto é um acidente inseparável das imperfeições da órdem natural, cuja sabiduria só a ignorância de nóssos teólogos léva a apregoar. Tambem uma máquina a vapor póde fazer esplozão, e nem por isso suprime-se o uzo déla. Tomadas todas as precauções que a prudência aconselha, nada mais résta à sabiduria humana do que rezignar-se a esses acidentes imprevistos. Cumpre, porem, observar que no cazo de apostazia de um pozitivista, este não tem sofismas para justificar a sua *ambição*, porque o dever aí está claro e terminante. O que não se dá com os democratas de qualquér matis que sêjão.

Éstas considerações dévem levar o chéfe do Estado a pensar no passo que vai dar com a criação da Universidade, seja qual for o plano.

A siência não lucra com similhante criação; porque a siência naceu sem privilégios e perseguida; creceu e dezenvolveu-se, igualmente sem privilégios e perseguida tambem. A proteção só serviu para profaná-la, aplicando-a contra os interésses sociais e em proveito dos retrógrados e anarquistas. O país tambem não lucra: 1°, porque a Universidade vai consumir um capital enórme, milhór aplicado na elevação dos proletários; 2°, porque vai dificultar a propagação da doutrina regeneradora, seja éla qual for; 3°, porque ataca a liberdade de pensamento; 4°, porque aumenta o parazitismo burguês.

Tambem não lucra Sua Magestade, porque não será por ésta fórma que ha de grangear a gratidão

da posteridade. Ao contrário, é sobre o seu nome que hão de cair as maldições dos vindouros, esquecidos dos áulicos que insuflárão o projéto, para só se lembrar do ditador que os escutou, em vês de atender aos reclamos do patriotismo dezinteressado. Não será por ésta fórma que seus decendentes permanecerão no trono. A monarquia é uma instituïção que está mórta, e não ha força capás de ressucitá-la. Maiór poder tivérão os Napoleões; maiór prestígio tivérão os sábios de que eles se servírão; e tudo passou.

Só lucrarão os pedantocratas, que vão receber os vencimentos e as honras; mas esses mesmos lucrarão menos do que supôem. Porque o seu domínio não ha de ser etérno, e seus filhos terão de sofrer com as dificuldades sociais que eles tivérem acumulado, e com o desprezo que ha de selar-lhes as memórias.

Quanto a nós, cumprimos o nósso dever, concorrendo para o bem geral na proporção de nóssas forças. Ao edifício que o governo tenciona erguer, opuzemos os argumentos que o patriotismo nos ensinou na grande óbra do maiór servidor da Humanidade. O chéfe do Estado será surdo, e levantará o maldito arcabouço; mas esses argumentos hão de calar em todas as almas generózas e reduzir a Universidade imperial a um viveiro de parazitas imundos, mantidos criminózamente pelos cófres públicos.

Tipografia do *Apostolado Positivista do Brazil*

Últimas publicações

O Ano sem par, por R. Teixeira Mendes (edição do autor). 1 vol. de mais de 1000 páginas, ornado com gravuras..... 15$000

203. *Nórmas Ortográficas*, por Miguel Lemos.. 500 rs.

204. *Um cazamento pozitivista no Ano 112*, por Alípio Bandeira..... 1$000

205. *O despotismo sanitário perante a medicina*, pelo Dr. Joaquim Bagueira Leal..... 1$000

206. *L'Apostolat Positiviste au Brésil.* Dix-huitième Circulaire Annuelle, par Miguel Lemos..... 1$000

207. *O Apostolado Pozitivista no Brazil.* Décima-oitava Circular Anual, pelo mesmo..... 1$000

208. *A Estátua de Augusto Comte.* Algumas observações sobre o projéto pelo Dr. Congreve..... 300 rs.

208 bis. *Calendário e Bibliotéca pozitivistas* seguidos respetivamente de um índice onomástico e de um índice bibliográfico por Miguel Lemos..... 1$000

209. *Hino ao Amor*, por R. Teixeira Mendes... 300 rs.

210. *Indice alfabético* das matérias contidas na óbra *As últimas concepções de Augusto Comte*, por R. Teixeira Mendes, organizado por J. Bagueira Leal... 500 rs.

211. *Positivisme et laïcitisme. Le Positivisme au Brésil*, par A. Baumann, suivi de notes par Miguel Lemos.

212. *O Pozitivismo e os Animais.* Carta ao Dr. Berdoe, pelo Dr. Joaquim Bagueira..... 500 rs.

213. *Pozitivismo e Vegetarismo.* Circular de M. Lemos.

214. *A vacinação obrigatória*, por Mikhaël Suni. Trad. pelo Dr. Joaquim Bagueira Leal.

215. *O Culto Católico*, por R. Teixeira Mendes. 3$000

216. *Aínda pela liberdade espiritual*, por R. Teixeira Mendes.

Boletins: Ns. 7, 8 e 9 F. — Ns. 26, 27 e 28 P.